

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília Abril/2014



MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira Eduardo Coutinho Guerra Gilvan da Silva Dantas Líscio Fábio de Brasil Camargo Marcus Pereira Aucélio Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Artur Henrique da Silva Santos Bruno Fabrício Ferreira da Rocha Erika Medeiros de Siqueira Gabriel Gdalevici Junqueira Guilherme Ceccato Karla de Lima Rocha Maria da Gloria Felgueiras Nicolau

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203 Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134 70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 03 (março 2014). – Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional. ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas — Periódicos. 2. Receita pública — Periódicos. 3. Despesa pública — Periódicos. 1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005



Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central	5
Receitas do Tesouro Nacional	7
Transferências do Tesouro Nacional	11
Despesas do Tesouro Nacional	13
Previdência Social	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional	22
Dívida Interna Líquida	23
Dívida Externa Líquida	26
Lista de Tabelas	
Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central	7
Tabela 4 - Dividendos pagos à União	9
Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resulta no Ano	
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB	21
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social	21
Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional	22



Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional	23
Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional	26
Lista de Gráficos	
Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional	22



Resultado Fiscal do Governo Central

Em março de 2014, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,2 bilhões, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões em fevereiro. O Tesouro Nacional apresentou superávit de R\$ 7,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 4,5 bilhões e R\$ 34,1 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Fev/14 Mar/14	Variação	Jan -Mar		Variação	
Discriminação do Resultado	rev/ 14	Mdf/ 14	%	2013	2014	%
I. RECEITA TOTAL	87.046,0	93.831,5	7,8%	273.615,7	305.939,7	11,8%
Receitas do Tesouro	61.510,4	68.597,8	11,5%	206.817,2	230.320,3	11,4%
Receitas da Previdência Social	25.318,4	25.029,3	-1,1%	65.983,7	74.877,5	13,5%
Receitas do Banco Central	217,2	204,4	-5,9%	814,8	741,9	-8,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.770,9	13.841,7	-36,4%	49.155,6	57.608,0	17,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	65.275,1	79.989,7	22,5%	224.460,0	248.331,7	10,6%
IV. DESPESA TOTAL	68.354,9	76.815,9	12,4%	204.499,3	235.283,3	15,1%
Despesas do Tesouro	40.215,0	47.018,5	16,9%	123.017,3	147.988,0	20,3%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	27.898,6	29.558,9	6,0%	80.650,9	86.582,6	7,4%
Despesas do Banco Central	241,3	238,5	-1,1%	831,1	712,8	-14,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-3.079,9	3.173,8	-	19.960,7	13.048,4	-34,6%
Tesouro Nacional	-475,6	7.737,5	-	34.644,2	24.724,3	-28,6%
Previdência Social (RGPS)	-2.580,2	-4.529,6	75,5%	-14.667,2	-11.705,1	-20,2%
Banco Central ³	-24,1	-34,1	41,5%	-16,3	29,2	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,79%	1,08%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As receitas do Governo Central aumentaram R\$ 6,8 bilhões (7,8%), passando de R\$ 87,0 bilhões em fevereiro para R\$ 93,8 bilhões em março de 2014. Esse comportamento decorreu dos acréscimos de R\$ 3,5 bilhões (12,7%) na arrecadação de impostos, de R\$ 2,8 bilhões (29,7%) nas demais receitas e de R\$ 394,3 milhões (1,5%) nas receitas de contribuições.

As despesas apresentaram acréscimo de R\$ 8,5 bilhões (12,4%) no comparativo entre fevereiro e março de 2014. Observou-se aumento de R\$ 6,8 bilhões (16,9%) nas despesas do Tesouro Nacional e de R\$ 1,7 bilhão (6,0%) nas despesas da Previdência Social, frente à redução de R\$ 2,8 milhões (1,1%) nos gastos do Banco Central.

O resultado primário do Governo Central, em março de 2014, foi superavitário em R\$ 3,2 bilhões, contra déficit de R\$ 3,1 bilhões em fevereiro de 2014.

^{1.} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{3.} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).



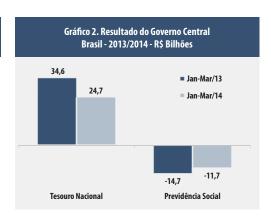
Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2013/2014 - R\$ Bilhões

248,3
224,5
248,3
204,5
20,0
13,0

Receita Líquida Total

Despesa Total

Resultado Primário



Em 2014, o superávit do Governo Central, acumulado até março, foi de R\$ 13,0 bilhões, o equivalente a 1,08% do PIB. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2013, houve decréscimo de R\$ 6,9 bilhões (34,6%) no superávit acumulado até o mês de março. Esse comportamento reflete o decréscimo de R\$ 9,9 bilhões (28,6%) no superávit do Tesouro Nacional, a redução de R\$ 3,0 bilhões (20,2%) no déficit da Previdência Social e a apuração de um superávit de R\$ 29,2 milhões no Banco Central, enquanto em 2013 havia um déficit de R\$ 16,3 milhões.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 32,3 bilhões (11,8%) relativamente ao acumulado até março de 2013. Desse montante, destaque-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 7,1 bilhões), contribuições (R\$ 5,3 bilhões), demais receitas do Tesouro (R\$ 9,7 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 8,9 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 8,5 bilhões (17,2%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 5,2 bilhões (13,8%) observado nas transferências constitucionais e de R\$ 2,3 bilhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, dos quais R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013.

Ainda com relação aos três primeiros meses do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 30,8 bilhões (15,1%), destacando-se os incrementos de R\$ 5,7 bilhões (12,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 15,1 bilhões (26,6%) nas outras despesas de custeio e capital. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE em 2014 no montante de R\$ 2,8 bilhões, sem contrapartida no primeiro trimestre do ano anterior, assim como as despesas de compensação do RGPS, que alcançaram R\$ 3,0 bilhões no primeiro trimestre de 2014, sem que houvesse tal gasto no mesmo período de 2013.

		% PIB			
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014					
Jan -Mar					
Discriminação	2013	2014			
GOVERNO CENTRAL	1,79%	1,08%			
Tesouro Nacional	3,10%	2,04%			
Previdência Social	-1,31%	-0,97%			
Banco Central	0,00%	0,00%			
Fonto, Tocouro Macional					

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Re	ceitas Primárias	do Governo Ce	ntral ¹ - Brasil -	2013/2014		
Discriminação do Resultado	Fev/14	Mar/14	Variação %	Jan - 2013	Mar 2014	Variação %
I. RECEITA TOTAL	87.046,0	93.831,5	7,8%	273.615,7	305.939,7	11,8%
I.1. Receitas do Tesouro	61.510,4	68.597,8	11,5%	206.817,2	230.320,3	11,4%
Receita Bruta ²	62.372.2	69.044.8	10,7%	209.927,7	232.036.0	10,5%
Impostos	27.470,3	30.962,4	12,7%	101.641,7	108.769,8	7,0%
IR	18.328,7	21.896,3	19,5%	75.431,6	79.965,1	6,0%
IPI	3.566,5	3.784,4	6,1%	10.961,3	12.327,0	12,5%
Outros	5.575,1	5.281,7	-5,3%	15.248,8	16.477,7	8,1%
Contribuições	25.531,4	25.925,7	1,5%	83.828,5	89.109,1	6,3%
Cofins	15.336,5	15.243,9	-0,6%	44.881,2	48.153,3	7,3%
CSLL	3.612,5	4.352,9	20,5%	19.513,9	19.634,4	0,6%
Pis/Pasep	4.200,9	4.115,1	-2,0%	12.191,9	13.142,6	7,8%
Cide-Combustíveis	0,7	0,7	0,4%	2,5	2,3	-10,0%
Outras	2.380,8	2.213,1	-7,0%	7.239,0	8.176,6	13,0%
Demais	9.370,5	12.156,7	29,7%	24.457,5	34.157,0	39,7%
Cota parte de compensações financeiras	1.959,8	1.846,1	-5,8%	9.551,1	10.147,4	6,2%
Diretamente arrecadadas	3.008,5	5.658,4	88,1%	9.924,8	12.590,9	26,9%
Concessões	13,6	10,5	-22,7%	303,2	765,3	152,4%
Dividendos	2.892,1	2.998,5	3,7%	767,4	5.890,6	667,6%
Outras	1.496.6	1.643,2	9,8%	3.911,0	4.762.8	21,8%
(-) Restituições	-861,8	-447,0	-48,1%	-3.105,1	-1.714,1	-44,8%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,170	-5,4	-1,6	-70,5%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	25.318,4	25.029,3	-1,1%	65.983,7	74.877,5	13,5%
Receitas da Previdência Social - Urbano	24.846,2	24.474,7	-1,1%	64.674,7	73.399,1	13,5%
Receitas da Previdência Social - Orbano	472,2	554,6	17,5%	1.309,0	1.478,4	12,9%
	217,2		-5,9%	814,8	741,9	-8,9%
I.3. Receitas do Banco Central	217,2	204,4	-5,9%	014,8	741,9	-0,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A Receita do Governo
Central apresentou
acréscimo de 7,8%
relativamente ao
mês anterior, devido,
sobretudo, ao aumento
de R\$ 3,5 bilhões
(12,7%) na arrecadação
de impostos, de
R\$ 2,8 bilhões (29,7%)
em demais receitas
(receitas do Fistel) e de
R\$ 394,3 milhões (1,5%)
em contribuições.

^{1.} Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{3.} Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.



Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 6,7 bilhões (10,7%), passando de R\$ 62,4 bilhões, em fevereiro, para R\$ 69,0 bilhões em março de 2014. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 3,5 bilhões (12,7%) em impostos, de R\$ 2,8 bilhão (29,7%) em demais receitas e de R\$ 394,3 milhões (1,5%) em contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 31,0 bilhões e as de contribuições R\$ 25,9 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de

R\$ 3,9 bilhões (7,3%) em relação aos valores apurados em fevereiro. Essa evolução decorre, especialmente, do aumento na arrecadação de R\$ 2,8 bilhões de IRPJ e CSLL, em função do encerramento, em março, do prazo legal para o pagamento referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2013. Adicionalmente, houve elevação de R\$ 1,3 bilhão no IRRF relativo à Rendimentos do Trabalho.



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram elevação de R\$ 2,8 bilhões, devido ao recolhimento de R\$ 2,4 bilhões referentes ao pagamento anual da taxa de fiscalização de funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o primeiro trimestre de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 22,1 bilhões (10,5%), passando de R\$ 209,9 bilhões para R\$ 232,0 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, das desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IPI-Automóveis e IOF-Crédito Pessoa Física e da redução na arrecadação dos tributos apurados com base na estimativa mensal (IRPJ/CSLL) ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) incremento de R\$ 3,3 bilhões (7,3%) na Cofins e de R\$ 950,7 milhões (7,8%) no PIS/Pasep, devido, sobretudo ao crescimento de 4,0% do volume de

No primeiro trimestre de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 22,1 bilhões (10,5%) em relação ao ano anterior.





vendas de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014 em relação a dezembro/2012fevereiro/2013 (PMC-IBGE) e compensações tributárias efetuadas no primeiro bimestre de 2013;

ii) aumento de R\$ 2,5 bilhões (12,1%) na arrecadação de IRRF – Rendimentos do Trabalho –, decorrente da variação nominal de 9,9% da massa salarial habitual, nos meses de

dezembro/13 e fevereiro/14, em relação a igual período do ano anterior;

iii) crescimento de R\$ 1,4 bilhão (16,8%) no imposto de importação, explicado, sobretudo, pela elevação de 5,0% no valor em dólar das importações, de 18,4% na taxa média de câmbio e redução de 4,3% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação;

iv) crescimento de R\$ 1,4 bilhão (12,5%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI vinculado à importação, do IPI – Fumo e da recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de automóveis, móveis e linha branca.

v) aumento de R\$ 1,2 bilhão (17,3%) na arrecadação de IRRF – Rendimentos de Capital – decorrente, principalmente, dos seguintes acréscimos nominais: de 30,8% na arrecadação do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa, de 79,3% na arrecadação sobre as operações de SWAP e de 65,6% na arrecadação do item Outros; e

vi) decréscimo de R\$ 769,1 milhões (2,0%) no IRPJ, explicado pela redução na arrecadação apurada com base na estimativa mensal, ocorrida, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro e por parte das empresas do setor financeiro.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou acréscimo

de R\$ 9,7 bilhões (39,7%), em relação ao acumulado de 2013, decorrente, principalmente:

R\$ Milhões Tabela 4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2013/2014 Jan - Mar Discriminação 2013 2014 Banco do Brasil 764,9 649,5 BNB 0.0 0,0 BNDES 0,0 3.898,2 Caixa 0.0 1.342,0 Correios 0,0 Eletrobras 0.0 0,0 IRB 0,0 0,0 Petrobras 0,0 Demais 2,5 1,0 5.890,6 Total 767,4

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- i) arrecadação de R\$ 5,9 bilhões proveniente de dividendos, enquanto no mesmo período de 2013 essa receita havia sido de R\$ 767,4 milhões; e
- ii) recolhimento, em março de 2014, de R\$ 2,4 bilhões da taxa de fiscalização de funcionamento (TFF), que compõe o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), sem contrapartida no mês de março do ano anterior.



% PIB

Tabela 5 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014				
Dissuiminacão	Jan - Mar			
Discriminação	2013	2014		
RECEITA BRUTA ¹	18,81%	19,15%		
Impostos	9,11%	8,98%		
IR	6,76%	6,60%		
IPI	0,98%	1,02%		
Outros	1,37%	1,36%		
Contribuições	7,51%	7,35%		
Cofins	4,02%	3,97%		
CSLL	1,75%	1,62%		
Pis/Pasep	1,09%	1,08%		
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%		
Outras	0,65%	0,67%		
Demais	2,19%	2,82%		
Cota parte de compensações financeiras	0,86%	0,84%		
Diretamente arrecadadas	0,89%	1,04%		
Concessões	0,03%	0,06%		
Dividendos	0,07%	0,49%		
Outras	0,35%	0,39%		

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1.} Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014						
Discriminação do Resultado	Fev/14	Mar/14	Variação %	Jan -		Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	21 770 0	12 041 7	26.40/	2013	2014	17.20/
	21.770,9	13.841,7	-36,4%	49.155,6	57.608,0	17,2%
Transferências Constitucionais	17.047,6	10.248,2	-39,9%	38.098,6	43.346,7	13,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	0,0	-100,0%	0,0	2.275,0	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	1,7	116,1	6578,6%
Demais Transferências	4.560,8	3.593,5	-21,2%	11.055,3	11.870,3	7,4%
Salário Educação	0,0	1.466,2	-	2.808,6	3.097,8	10,3%
Royalties	2.853,5	1.420,4	-50,2%	6.351,3	5.613,2	-11,6%
Fundef/Fundeb	1.670,8	685,8	-59,0%	1.813,3	3.039,5	67,6%
Outras	36,6	21,1	-42,3%	82,2	119,7	45,6%

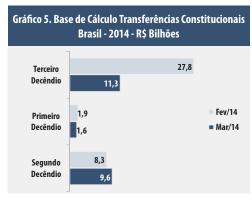
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 7,9 bilhões (36,4%), totalizando R\$ 13,8 bilhões, contra R\$ 21,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:



- i) da diminuição de R\$ 6,8 bilhões (39,9%) nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI);
- ii) da redução de R\$ 1,4 bilhão (50,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em fevereiro,

de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, sem contrapartida em março;

- iii) do decréscimo de R\$ 985,0 milhões (59,0%) nas transferências relacionadas ao Fundef/Fundeb, de acordo com calendário de execução estabelecido pelas Portarias Interministerial MEC/MF nº 16/2013 e nº 19/2013; e
- iv) do repasse de R\$ 1,5 bilhão referente ao salário educação, sem evento correspondente em fevereiro.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 7,9 bilhões (36,4%) em março de 2014, frente ao mês anterior, em função de fatores sazonais.

^{1.} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até março de 2013, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 8,5 bilhões (17,2%), elevando-se de R\$ 49,2 bilhões em 2013 para R\$ 57,6 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 5,3 bilhões (13,8%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados, principalmente em função do Refis;
- ii) transferência de R\$ 2,3 bilhões relativos à Lei Complementar nº 115/2002, dos quais R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), sem evento correspondente em igual período de 2013;
- iii) aumento de R\$ 1,2 bilhão (67,6%) nas transferências relacionadas ao Fundef/Fundeb; e
- v) decréscimo de R\$ 738,1 milhões (11,6%) nas transferências de royalties de petróleo advindos de repasses de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 8,5 bilhões (17,2%).

% PIB

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014				
Biominutes 2	Jan-Mai	r		
Discriminação	2013	2014		
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,40%	4,75%		
Transferências Constitucionais	3,41%	3,58%		
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,00%	0,19%		
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,01%		
Demais Transferências	0,99%	0,98%		

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2013/2014						
Diaminina são do Douglas do	Distriction of a Developed Section 1991		Jan-	V:		
Discriminação do Resultado	Fev/14	Mar/14	Variação %	2013	2014	Variação %
I. DESPESA TOTAL	68.354,9	76.815,9	12,4%	204.499,3	235.283,3	15,1%
I.1. Despesas do Tesouro	40.215,0	47.018,5	16,9%	123.017,3	147.988,0	20,3%
Pessoal e Encargos Sociais ²	16.470,3	16.320,8	-0,9%	46.279,7	51.990,8	12,3%
Custeio e Capital	23.567,6	30.550,4	29,6%	76.165,5	95.390,0	25,2%
Despesa do FAT	1.471,3	3.148,7	114,0%	8.569,1	10.283,7	20,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	206,4	551,1	167,0%	2.917,1	1.986,0	-31,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	2.717,0	3.087,4	13,6%	8.141,7	8.757,5	7,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	363,1	1.721,0	374,0%	0,0	2.772,8	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.809,8	22.042,1	17,2%	56.537,6	71.589,9	26,6%
Outras Despesas de Custeio	14.795,9	16.726,7	13,0%	39.707,6	51.147,7	28,8%
Outras Despesas de Capital ⁵	4.013,8	5.315,5	32,4%	16.830,0	20.442,2	21,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	177,1	147,3	-16,9%	572,1	607,2	6,1%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	27.898,6	29.558,9	6,0%	80.650,9	86.582,6	7,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	21.983,6	22.883,1	4,1%	62.645,6	67.373,4	7,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.915,0	6.675,8	12,9%	18.005,3	19.209,2	6,7%
I.3. Despesas do Banco Central	241,3	238,5	-1,1%	831,1	712,8	-14,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 47,0 bilhões, representando um aumento de R\$ 6,8 bilhões (16,9%) em relação a fevereiro de 2014. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 7,0 bilhões (29,6%) nas despesas de Custeio e Capital e da redução de R\$ 149,5 milhões (0,9%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 3,2 bilhões (17,2%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, concentradas principalmente no aumento de R\$ 2,6 bilhões (20,7%) das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam os acréscimos observados

Em março de 2014 as Despesas do Governo Central totalizaram R\$ 76,8 bilhões, contra R\$ 68,4 bilhões no mês anterior.

^{1.} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

^{3.} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{4.} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

^{5.} Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.

^{6.} Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.







nos desembolsos dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 1,1 bilhão), da Educação (R\$ 868,4 milhões) e da Saúde (R\$ 309,6 milhões);

ii) acréscimo de R\$ 1,7 bilhão (114,0%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário atual referente ao exercício 2013/2014 (agosto/2013 a junho/2014), regulamentado pela Resolução Codefat n° 714/2013;

iii) acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (374,0%) nas despesas referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); e

iv) aumento de R\$ 370,4 milhões (13,6%) nos Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 16,3 bilhões no mês frente a R\$ 16,5 bilhões em fevereiro de 2014, apresentando diminuição de 0,9%.

R\$ Milhões

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014					
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %		
Precatórios e Sentenças	18,4	83,7	355,9%		
Legislativo	136,3	138,6	1,6%		
Judiciário	591,9	630,5	6,5%		
Crédito Extraordinário 1	441,7	503,4	14,0%		
PAC ²	3.832,0	4.389,5	14,5%		
Outras ³	239,6	127,4	-46,9%		
Compensação RGPS ⁴	984,5	1.002,6	1,8%		
Discricionárias	12.565,3	15.166,5	20,7%		
Min. da Saúde	6.746,8	7.056,5	4,6%		
Min. do Des. Social	1.711,9	2.803,8	63,8%		
Min. da Educação	1.786,1	2.654,5	48,6%		
Min. da Defesa	832,5	808,7	-2,9%		
Min. da Ciência e Tec.	319,6	325,5	1,8%		
Min. do Des. Agrário	108,9	82,5	-24,3%		
Min. da Justiça	116,6	243,3	108,6%		
Min. da Previdência	199,6	173,8	-12,9%		
Min. dos Transportes	78,2	79,2	1,2%		
Min. das Cidades	82,8	37,6	-54,6%		
Demais	582,2	901,2	54,8%		
Total	18.809,8	22.042,1	17,2%		

Fonte: Tesouro Nacional

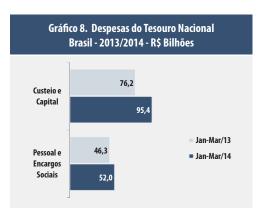
- 1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
- 3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
- 4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 25,0 bilhões (20,3%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R\$ 19,2 bilhões (25,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 5,7 bilhões (12,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.





O aumento de R\$ 19,2 bilhões observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 15,1 bilhões (26,6%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 6,8 bilhões (16,4%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 5,6 bilhões (56,8%) nas despesas do PAC; e c) despesa de R\$ 3,0 bilhões correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto nas Leis nº 12.715/2012 e nº 12.794/2012, sem contrapartida no ano anterior. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de março de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 4,3 bilhões (24,4%); do Ministério da Educação, com incremento de R\$ 2,5 bilhões (42,6%); e do Ministério da Defesa, com aumento de R\$ 651,8 milhões (28,8%);

- ii) aumento de R\$ 1,7 bilhão (20,0%) nas despesas do FAT, justificado principalmente pelo reajuste de 8,8% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resoluções Codefat n° 707/2013 e 714/2013);
- iii) despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) no valor de R\$ 2,8 bilhões, sem contrapartida no exercício de 2013; e
- iv) redução de R\$ 931,1 milhões (31,9%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2013, alcançando R\$ 2,0 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf (diminuição de R\$ 771,4 milhões); b) Programa Especial de Saneamento de Ativos PESA (diminuição

Em comparação ao acumulado no primeiro trimestre de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 56,8%, alcançando um total de R\$ 5,6 bilhões em 2014.



de R\$ 142,6 milhões); c) Programa de Sustentação de Preços Agrícolas (redução de R\$ 62,5 milhões); e d) operações de microcrédito produtivo integrado EQMPO (redução de R\$ 60,0 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram aumento de 0,14 p.p., passando de 4,15% do PIB, no 1º trimestre de 2013, para 4,29% do PIB, no mesmo período de 2014. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 5,7 bilhões (12,3%), passando de R\$ 46,3 bilhões nos três primeiros meses de 2013, para R\$ 52,0 bilhões em 2014.

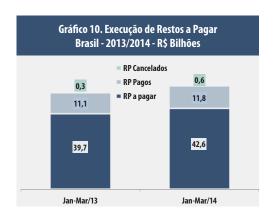
O montante de restos a pagar (RP) pagos até março de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 11,8 bilhões. Do total dos RP pagos, execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,7 bilhões), Educação (R\$ 2,8 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,4 bilhões).

R\$ Milhões

Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2013/2014				
Diaminaina a a	Jan-	-Mar	Varia - = = 0/	
Discriminação	2013	2014	Variação %	
Precatórios e Sentenças	174,2	302,2	73,5%	
Legislativo	329,2	414,1	25,8%	
Judiciário	1.610,2	1.799,9	11,8%	
Crédito Extraordinário 1	2.226,9	1.508,1	-32,3%	
PAC ²	9.854,5	15.455,1	56,8%	
Outras ³	643,6	615,5	-4,4%	
Compensação RGPS ⁴	-	2.955,4	-	
Discricionárias	41.698,9	48.539,6	16,4%	
Min. da Saúde	17.583,4	21.871,9	24,4%	
Min. do Des. Social	6.963,0	7.565,5	8,7%	
Min. da Educação	5.830,4	8.312,1	42,6%	
Min. da Defesa	2.266,2	2.918,1	28,8%	
Min. da Ciência e Tec.	1.073,1	1.074,1	0,1%	
Min. do Des. Agrário	647,8	437,8	-32,4%	
Min. da Justiça	792,6	907,7	14,5%	
Min. da Previdência	564,8	549,0	-2,8%	
Min. dos Transportes	320,5	297,7	-7,1%	
Min. das Cidades	457,8	195,9	-57,2%	
Demais	5.199,4	4.409,7	-15,2%	
Total	56.537,6	71.589,9	26,6%	

Fonte: Tesouro Nacional

^{4.} Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



^{1.} Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

^{2.} Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



R\$ Milhões

Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2013/2014			
Discolusion of a	- Mar		
Discriminação	2013	2014	
Agricultura	1.648,3	690,9	
Custeio Agropecuário	48,9	83,3	
Investimento Rural	-2,9	7,3	
Preços Agrícolas	291,6	229,2	
EGF	11,7	0,3	
AGF	159,9	188,9	
Sustent. de preços	120,0	40,0	
Pronaf	857,1	85,7	
Pesa	415,5	272,9	
Álcool	0,0	0,0	
Cacau	0,0	0,0	
Fundo da Terra/Incra	5,0	-20,2	
FUNCAFÉ	28,5	32,9	
Revitaliza	4,6	0,0	
Outros	325,3	143,9	
PSI	32,3	16,0	
Op. Microcredito (EQMPO)	72,1	12,5	
Op. Microcredito (EQPCD)	0,1	0,8	
FND	0,0	0,0	
FSA	0,0	0,0	
Exportação (Proex)	117,5	64,5	
Itaipu ¹	103,3	50,1	
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0	
Total	1.973,6	834,8	

Fonte: Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2008/2014										
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior				
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%				
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%				
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%				
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%				
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%				
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%				
Mar/08	2.716.609,0	8,7%	1.312.881,3	9,7%	1.403.727,7	7,7%				
Mar/09	2.971.965,3	9,4%	1.442.940,0	9,9%	1.529.025,3	8,9%				
Mar/10	3.198.160,7	7,6%	1.551.103,0	7,5%	1.647.057,7	7,7%				
Mar/11	3.430.773,3	7,3%	1.633.224,3	5,3%	1.797.549,0	9,1%				
Mar/12	3.616.705,0	5,4%	1.694.820,0	3,8%	1.921.885,0	6,9%				
Mar/13	3.794.188,3	4,9%	1.758.064,0	3,7%	2.036.124,3	5,9%				
Mar/14 Fonte: Tesouro Nacional	3.989.993,0	5,2%	1.831.600,7	4,2%	2.158.392,3	6,0%				

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.



% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014							
Diaminaina a	Jan - Mar						
Discriminação	2013	2014					
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,02%	12,21%					
Pessoal e Encargos Social	4,15%	4,29%					
Custeio e Capital	6,82%	7,87%					
Despesas do FAT	0,77%	0,85%					
Subsídios e Subvenções ¹	0,26%	0,16%					
LOAS/RMV	0,73%	0,72%					
Outras	5,07%	5,91%					
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%					

Conte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.



Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2013/2014									
Diamimina são do Doculto do	F/14	M/14	Varia aã a 0/	Jan -	Varia aã a 0/				
Discriminação do Resultado	Fev/14	Mar/14	Variação %	2013	2014	Variação %			
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	25.318,4	25.029,3	-1,1%	65.983,7	74.877,5	13,5%			
Arrecadação Bruta	28.171,7	28.000,6	-0,6%	75.319,2	85.524,5	13,5%			
Contribuição Previdenciária	24.458,7	24.273,7	-0,8%	67.448,2	73.921,5	9,6%			
Simples	2.563,1	2.549,7	-0,5%	7.110,7	8.160,7	14,8%			
CFT	0,0	0,0	-	40,0	0,0	-100,0%			
Depósitos Judiciais	157,9	167,3	5,9%	695,5	464,7	-33,2%			
Refis	7,5	7,4	-1,2%	24,9	22,1	-11,0%			
Compensação RGPS ¹	984,5	1.002,6	1,8%	0,0	2.955,4	-			
(-) Restituição/Devolução	-49,6	-109,4	120,9%	-115,8	-196,2	69,4%			
(-) Transferências a Terceiros	-2.803,8	-2.861,9	2,1%	-9.219,6	-10.450,7	13,4%			
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	27.898,6	29.558,9	6,0%	80.650,9	86.582,6	7,4%			
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.580,2	-4.529,6	75,5%	-14.667,2	-11.705,1	-20,2%			
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,31%	-0,97%				
Fonte: Ministério da Previdência Socia	I								

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,5 bilhões, contra um déficit de R\$ 2,6 bilhões em fevereiro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (6,0%) no total de despesas com benefícios. Cumpre ressaltar o incremento de R\$ 328,4 milhões em sentenças e precatórios previdenciários; e

ii) decréscimo de R\$ 289,1 milhões (1,1% em relação a fevereiro) da arrecadação líquida de março, em virtude da redução de R\$ 185,0 milhões (0,8%) da arrecadação das contribuições previdenciárias, do aumento de R\$ 59,9 milhões (120,9%) de devoluções de depósitos judiciais e restituições de contribuições da previdência e do acréscimo de R\$ 58,1 milhões (2,1%) das transferências a terceiros.

Em março de 2014, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 4,5 bilhões contra déficit de R\$ 2,6 bilhões em fevereiro de 2014.

¹ Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

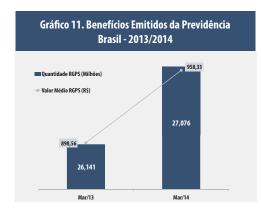


Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até março de 2013, o déficit previdenciário passou de 1,31% em 2013 para 0,97% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R\$ 3,0 bilhões (20,2%) até março e acumula R\$ 11,7 bilhões no ano.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio das Leis nº 12.715/2012 e nº 12.794/2012. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013.



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 8,9 bilhões (13,5%). Isso se deve ao crescimento de 9,9% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 6,5 bilhões (9,6%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o montante de compensações do RGPS no

valor de R\$ 3,0 bilhões, sem contrapartida no ano anterior.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 5,9 bilhões (7,4%) comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 59,77 (6,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;
- ii) elevação de 2,7 milhões no número de benefícios pagos em 2014 (3,5%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 1,9 milhão de benefícios referentes a aposentadoria, 531,2 mil referentes a pensões por morte e 279,9 mil de benefícios referentes auxílio-doença;
- iii) aumento de R\$ 398,1 milhões em precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários.



	Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014							
	R\$ /	Milhões		% l	PIB			
Discriminação	ação Jan - Mar		Variação %	Jan -	Mar			
	2013	2014		2013	2014			
CONTRIBUIÇÃO	65.983,7	74.877,5	13,5%	5,91%	6,18%			
Urbano	64.674,7	73.399,1	13,5%	5,79%	6,06%			
Rural	1.309,0	1.478,4	12,9%	0,12%	0,12%			
BENEFÍCIOS	80.650,9	86.582,6	7,4%	7,23%	7,15%			
Urbano	62.645,6	67.373,4	7,5%	5,61%	5,56%			
Rural	18.005,3	19.209,2	6,7%	1,61%	1,59%			
RESULTADO PRIMÁRIO	-14.667,2	-11.705,1	-20,2%	-1,31%	-0,97%			
Urbano	2.029,1	6.025,7	196,96%	0,18%	0,50%			
Rural	-16.696,3	-17.730,8	6,2%	-1,50%	-1,46%			

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014										
Discriminação	Fev/14 Mar/14	Mar/14	Variação %	Jan - N	Variação %					
Discillillação		Mai/ 14	variação 70	2013	2014	variação 70				
BENEFÍCIOS DO RGPS	26.981	27.076	0,4%	78.283	81.027	3,5%				
Previdênciários	26.133	26.228	0,4%	75.777	78.481	3,6%				
Aposentadorias	17.411	17.466	0,3%	50.401	52.257	3,7%				
Idade	9.201	9.233	0,3%	26.528	27.615	4,1%				
Invalidez	3.126	3.133	0,2%	9.207	9.384	1,9%				
Tempo de contribuição	5.084	5.101	0,3%	14.666	15.257	4,0%				
Pensão por morte	7.174	7.188	0,2%	20.990	21.527	2,6%				
Auxílio-Doença	1.380	1.399	1,4%	3.912	4.186	7,0%				
Salário - maternidade	77	82	6,9%	235	239	1,6%				
Outros	91	91	0,1%	239	273	14,2%				
Acidentários	847	848	0,1%	2.505	2.546	1,6%				
Aposentadorias	190	191	0,4%	547	570	4,2%				
Pensão por morte	120	120	-0,1%	366	361	-1,5%				
Auxílio - doença	170	170	0,0%	509	515	1,1%				
Auxílio - acidente	305	306	0,2%	888	916	3,1%				
Auxílio - suplementar	61	61	-0,4%	195	184	-5,5%				

Fonte: Ministério da Previdência Social Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Em março de 2014, a Dívida Líquida do

Tesouro Nacional atingiu 19,2% do PIB, 1,5 p.p. inferior ao montante registrado em marco de 2013.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 947,5 bilhões em março de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve redução de R\$ 23,4 bilhões, consequência dos decréscimos de R\$ 21,4 bilhões na dívida interna líquida e R\$ 2,1 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014										
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %	Mar/13	Mar/14	Variação %				
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	878.842,1	857.481,2	-2,4%	841.056,0	857.481,2	2,0%				
Dívida Interna	2.921.341,0	2.945.168,0	0,8%	2.740.664,3	2.945.168,0	7,5%				
Haveres Internos	2.042.498,9	2.087.686,8	2,2%	1.899.608,3	2.087.686,8	9,9%				
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	92.087,5	90.035,7	-2,2%	88.267,3	90.035,7	2,0%				
Dívida Externa	92.461,2	90.505,9	-2,1%	88.703,1	90.505,9	2,0%				
Haveres Externos	373,6	470,1	25,8%	435,8	470,1	7,9%				
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	970.929,7	947.516,9	-2,4%	929.323,3	947.516,9	2,0%				
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	19,8%	19,2%		20,7%	19,2%					

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a março de 2013, a DLTN aumentou R\$ 18,2 bilhões, em decorrência dos aumentos de R\$ 16,4 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 1,8 bilhão no estoque da dívida externa líquida.



Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 1,5 p.p. no mesmo período, passando de 20,7% em março de 2013 para 19,2% em março de 2014.

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 857,5 bilhões, apresentando um decréscimo de R\$ 21,4 bilhões em relação ao mês anterior, consequência do aumento de R\$ 45,2 bilhões no saldo

dos haveres internos e do aumento de R\$ 23,8 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 17,4% em março de 2014.



Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013									
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %	Mar/13	 Mar/14	Variação %			
I. DÍVIDA INTERNA	2.921.341,0	2.945.168,0	0,8%	2.740.664,3	2.945.168,0	7,5%			
Dívida Mobiliária	2.917.409,7	2.941.448,3	0,8%	2.735.762,9	2.941.448,3	7,5%			
DPMFi em Poder do Público ¹	1.974.818,2	1.990.104,8	0,8%	1.851.824,8	1.990.104,8	7,5%			
DPMFi em Poder do Banco Central	969.810,4	978.659,8	0,9%	920.104,0	978.659,8	6,4%			
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-27.218,9	-27.316,3	0,4%	-36.165,8	-27.316,3	-24,5%			
Demais Obrigações Internas	3.931,3	3.719,7	-5,4%	4.901,4	3.719,7	-24,1%			
II. HAVERES INTERNOS	2.042.498,9	2.087.686,8	2,2%	1.899.608,3	2.087.686,8	9,9%			
Disponibilidades Internas	569.034,4	599.906,3	5,4%	551.243,0	599.906,3	8,8%			
Haveres junto aos Governos Regionais	526.707,8	530.311,5	0,7%	510.632,5	530.311,5	3,9%			
Haveres da Administração Indireta	347.443,2	357.276,3	2,8%	304.650,8	357.276,3	17,3%			
Haveres Administrados pela STN	599.313,5	600.192,7	0,1%	533.082,0	600.192,7	12,6%			
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	878.842,1	857.481,2	-2,4%	841.056,0	857.481,2	2,0%			
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB ³	18,0%	17,4%		18,8%	17,4%				

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 16,4 bilhões, passando de R\$ 841,1 bilhões, em março de 2013, para R\$ 857,5 bilhões em março de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 204,5 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que compensou o aumento de R\$ 188,1 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve redução, passando de 18,8% para 17,4%.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 24,0 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 26,8 bilhões e pelo resgate líquido de R\$ 2,7 bilhões.

A carteira de títulos em poder do público aumentou R\$ 15,3 bilhões. Houve apropriação de juros no valor de R\$ 18,5 bilhões e resgate líquido de R\$ 3,2 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, houve apropriação de juros no valor de R\$ 8,3 bilhões e emissão líquida de R\$ 536,2 milhões, sendo o aumento no estoque de R\$ 8,8 bilhões.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou decréscimo de 1,4 p.p. comparativamente à março do ano anterior.

^{1.} Inclui TDA e dívida securitizada.

^{2.} Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

^{3.} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A evolução da Dívida

Mobiliária Interna do

Tesouro Nacional no

mês é explicada pela

apropriação de juros

bilhões e pelo resgate

no valor de R\$ 26,8

líquido de R\$ 2,7

bilhões.

R\$ Milhões

Tabe	Tabela 19 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014									
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %	Mar/13	Mar/14	Variação %				
EM PODER DO PÚBLICO	1.974.818,2	1.990.104,8	0,8%	1.851.824,8	1.990.104,8	7,5%				
LFT	416.234,3	376.404,6	-9,6%	388.698,9	376.404,6	-3,2%				
LTN	600.075,1	632.616,2	5,4%	546.701,4	632.616,2	15,7%				
NTN-B	659.728,9	670.954,2	1,7%	624.623,5	670.954,2	7,4%				
NTN-C	68.697,9	70.344,5	2,4%	65.592,0	70.344,5	7,2%				
NTN-F	194.115,3	203.890,7	5,0%	191.595,1	203.890,7	6,4%				
Demais ¹	35.966,6	35.894,6	-0,2%	34.613,9	35.894,6	3,7%				
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-27.218,9	-27.316,3	0,4%	-36.165,8	-27.316,3	-24,5%				
EM PODER DO BANCO CENTRAL	969.810,4	978.659,8	0,9%	920.104,0	978.659,8	6,4%				
TOTAL	2.917.409,7	2.941.448,3	0,8%	2.735.762,9	2.941.448,3	7,5%				

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração. 1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 45,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o aumento de R\$ 30,9 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de março do exercício de 2013, houve aumento de 188,1 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional em 2014, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 67,1 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como, dos aumentos de R\$ 52,6 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 48,7 bilhões das disponibilidades internas, que teve como destaque o saldo da conta única.

R\$ Milhões

Tabela 20	- Variação da Dívida	Mobiliária Interna d	o Tesouro Nacional ¹	- Brasil - 2014					
Discriminação	Saldo	l	Fatores de Variação ²						
	Fev/14	Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	Mar/14				
EM PODER DO PÚBLICO	1.974.818,2	59.947,3	-63.161,4	18.500,7	1.990.104,8				
LFT	416.234,3	18.722,3	-61.422,0	2.870,0	376.404,6				
LTN	600.075,1	28.032,3	-16,4	4.525,2	632.616,2				
NTN-B	659.728,9	4.850,5	-1.260,7	7.635,4	670.954,2				
NTN-C	68.697,9	0,0	0,0	1.646,6	70.344,5				
NTN-F	194.115,3	8.035,5	-5,8	1.745,7	203.890,7				
Demais ⁵	35.966,6	306,6	-456,3	77,8	35.894,6				
EM PODER DO BANCO CENTRAL	969.810,4	33.893,2	-33.357,0	8.313,2	978.659,8				
TOTAL	2.944.628,6	93.840,4	-96.518,4	26.814,0	2.968.764,6				

Fonte: Tesouro Nacional

- 1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
- 2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
- ${\it 3. Inclui\, cancelamentos\, referentes\, a\, permuta\, de\, títulos\, e\, outros\, ajustes.}$
- 4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
- 5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.



R\$ Milhões

Tabela 21	Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014										
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %	Mar/13	Mar/14	Variação %					
DISPONIBILIDADES INTERNAS	569.034,4	599.906,3	5,4%	551.243,0	599.906,3	8,8%					
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	526.707,8	530.311,5	0,7%	510.632,5	530.311,5	3,9%					
Lei 9.496/97	414.331,9	417.535,6	0,8%	397.056,2	417.535,6	5,2%					
MP 2.185/01	71.606,3	72.354,5	1,0%	66.361,5	72.354,5	9,0%					
Lei 8.727/93	14.411,2	14.116,3	-2,0%	19.916,9	14.116,3	-29,1%					
Antecipação de Royalties	5.251,7	5.291,9	0,8%	6.429,4	5.291,9	-17,7%					
Bônus Renegociados	5.146,9	5.033,6	-2,2%	4.980,5	5.033,6	1,1%					
Demais Haveres	15.959,8	15.979,5	0,1%	15.888,0	15.979,5	0,6%					
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	347.443,2	357.276,3	2,8%	304.650,8	357.276,3	17,3%					
FAT	190.885,8	198.449,2	4,0%	171.970,1	198.449,2	15,4%					
Fundos Regionais	85.082,0	85.783,5	0,8%	76.915,6	85.783,5	11,5%					
Demais	71.475,5	73.043,5	2,2%	55.765,1	73.043,5	31,0%					
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	599.313,5	600.192,7	0,1%	533.082,0	600.192,7	12,6%					
TOTAL	2.042.498,9	2.087.686,8	2,2%	1.899.608,3	2.087.686,8	9,9%					

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014									
Discriminação	Fev/14	Mar/14	Variação %	Mar/13	Mar/14	Variação %			
I. DÍVIDA EXTERNA	92.461,2	90.505,9	-2,1%	88.703,1	90.505,9	2,0%			
Dívida Mobiliária	82.410,9	80.655,9	-2,1%	75.803,4	80.655,9	6,4%			
Euro	2.692,1	2.621,7	-2,6%	2.182,0	2.621,7	20,2%			
Global US\$	66.317,9	64.518,4	-2,7%	60.071,5	64.518,4	7,4%			
Global BRL	13.400,9	13.515,7	0,9%	13.518,6	13.515,7	0,0%			
Demais	-	-	-	31,3	-	-			
Dívida Contratual	10.050,3	9.850,0	-2,0%	12.899,8	9.850,0	-23,6%			
Organismos Internacionais	3.019,6	2.937,2	-2,7%	7.201,3	2.937,2	-59,2%			
Bancos Privados e Agências Governamentais	7.030,7	6.912,8	-1,7%	5.698,4	6.912,8	21,3%			
II. HAVERES EXTERNOS	373,6	470,1	25,8%	435,8	470,1	7,9%			
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	373,6	470,1	25,8%	435,8	470,1	7,9%			
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	92.087,5	90.035,7	-2,2%	88.267,3	90.035,7	2,0%			
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB 1	1,9%	1,8%		2,0%	1,8%				

totalizou R\$ 90,0 bilhões, que equivale a 1,8% do PIB.

Em março de 2014, a Dívida Externa Líquida

> Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 90,0 bilhões, contra R\$ 92,1 bilhões em fevereiro. Houve redução de R\$ 2,1 bilhões em relação ao mês anterior, justificada pela variação cambial negativa de R\$ 2,4 bilhões, pela apropriação de juros no valor de R\$ 541,6 milhões e pelo resgate líquido de R\$ 88,2 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014										
	Saldo	Fatores de Variação ²								
Discriminação	Fev/14	Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	Mar/14				
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	82.410,9	0,0	-159,0	493,0	-2.089,1	80.655,9				
Global US\$	66.317,9	0,0	-159,0	360,3	-2.000,8	64.518,4				
Euro	2.692,1	0,0	0,0	17,8	-88,2	2.621,7				
Global BRL	13.400,9	0,0	0,0	114,8	0,0	13.515,7				
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
DÍVIDA CONTRATUAL	10.050,3	116,4	-45,7	48,6	-319,6	9.850,0				
Org [.] Internacionais	3.019,6	3,9	-2,8	7,7	-91,2	2.937,2				
Bancos Privados/Agencias Governamentais	7.030,7	112,5	-42,9	40,8	-228,4	6.912,8				
TOTAL	92.461,2	116,4	-204,6	541,6	-2.408,6	90.505,9				

Fonte: Tesouro Nacional

- 1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
- 2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
- 3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

^{1.} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, o aumento da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 1,8 bilhão, passando de R\$ 88,3 bilhões, em março de 2013, para R\$ 90,0 bilhões, em março de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 89,1% (R\$ 80,7 bilhões) e a dívida contratual representa 10,9% (R\$ 9,9 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu cerca de 0,2 p.p. no mesmo período, passando de 2,0% em março de 2013 para 1,8% em março de 2014.



Anexos

- 1. Lista de Abreviaturas
- 2. Tabelas do Resultado Fiscal
- Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 3.1. Dividendos pagos à União Brasil Mensal
- Tabela 3.2. Dividendos pagos à União Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Mensal
- Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Mensal
- Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional Brasil Mensal
- 3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios Boletim FPE/FPM/IPI Exportação



1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS — Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL — Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE — Fundo de Participação de Estados

FPM — Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação

ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN — Procuradoria Geral da Fazenda Nacional



PIB - Produto Interno Bruto

PIS — Programa de Integração Social

POOC — Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex — Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH — Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis — Programa de Recuperação Fiscal

RFB - Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT — Certificado Financeiro do Tesouro (séries)

CVS – título representativo da dívida do FCVS

DPFe – Dívida Pública Federal Externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

FCVS — Fundo de Compensação de Variações Salariais

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IGP-M — Índice Geral de Preços (Mercado)

Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

IPCA — Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

LFT — Letras Financeiras do Tesouro (séries)

LTN — Letras do Tesouro Nacional

NTN - Notas do Tesouro Nacional (Séries)

PAF – Plano Anual de Financiamento

Selic — Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TDA — Títulos da Dívida Agrária

TR - Taxa Referencial



	2013	201	4	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14	Mar/14	
			, i	Fev/14	Mar/13	
1. RECEITA TOTAL	80.023,6	87.046,0	93.831,5	7,8%	17,3%	
Receitas do Tesouro Nacional	57.149,1	61.510,4	68.597,8	11,5%	20,0%	
Receita Bruta	59.084,4	62.372,2	69.044,8	10,7%	16,9%	
Impostos	28.050,1	27.470,3	30.962,4	12,7%	10,4%	
Contribuições Demais ^{2/}	24.058,0	25.531,4	25.925,7	1,5%	7,8%	
	6.976,3	9.370,5	12.156,7	29,7%	74,3%	
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo (-) Restituições	0,0 -1.935,3	0,0 -861,8	0,0 -447,0	-48,1%	-76,9%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-40,176	-70,57	
Receitas da Previdência Social	22.657,1	25.318,4	25.029,3	-1,1%	10,5%	
Receitas da Previdência Social - Urbano 3/	22.173,6	24.846,2	24.474,7	-1,5%	10,4%	
Receitas da Previdência Social - Orbano Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	483,5	472,2	554,6	17,5%	14,7%	
Receitas do Banco Central	217,4	217,2	204,4	-5,9%	-6,0%	
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.394,4	21.770,9	13.841,7	-36,4%	11,7%	
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.491,5	17.047,6	10.248,2	-39,9%	8,0%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	0,0	162,5	0,0	-100,0%	0,070	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	100,070	_	
Demais Transferências	2.902,9	4.560,8	3.593,5	-21,2%	23,8%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	67.629,2	65.275,1	79.989,7	22,5%	18,3%	
4. DESPESA TOTAL	67.337,8	68.354,9	76.815,9	12,4%	14,1%	
Despesas do Tesouro Nacional	39.349,4	40.215,0	47.018,5	16,9%	19,5%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	14.847,9	16.470,3	16.320,8	-0,9%	9,9%	
Custeio e Capital	24.311,9	23.567,6	30.550,4	29,6%	25,7%	
Despesa do FAT	2.598,4	1.471,3	3.148,7	114,0%	21,2%	
Abono e Seguro Desemprego	2.563,2	1.432,9	3.120,3	117,8%	21,7%	
Demais Despesas do FAT	35,2	38,3	28,4	-26,0%	-19,5%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	1.185,9	206,4	551,1	167,0%	-53,5%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	920,3	-169,3	230,9	-	-74,9%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	265,6	375,8	320,2	-14,8%	20,6%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	2.448,0	2.717,0	3.087,4	13,6%	26,1%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	,	
Auxílio à CDE	0,0	363,1	1.721,0	374,0%		
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.079,6	18.809,8	22.042,1	17,2%	21,9%	
Outras Despesas de Custeio	13.576,9	14.795,9	16.726,7	13,0%	23,2%	
Outras Despesas de Capital ^{7/}	4.502,7	4.013,8	5.315,5	32,4%	18,1%	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	189,5	177,1	147,3	-16,9%	-22,3%	
Benefícios Previdenciários	27.687,4	27.898,6	29.558,9	6,0%	6,8%	
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	21.694,9	21.983,6	22.883,1	4,1%	5,5%	
Benefícios Previdenciários - Rural 3/	5.992,5	5.915,0	6.675,8	12,9%	11,4%	
Despesas do Banco Central	301,0	241,3	238,5	-1,1%	-20,8%	
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-		
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	291,4	-3.079,9	3.173,8	-	989,1%	
Tesouro Nacional	5.405,3	-475,6	7.737,5	-	43,1%	
Previdência Social (RGPS) 9/	-5.030,3	-2.580,2	-4.529,6	75,5%	-10,0%	
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	478,7	2.862,6	1.591,6	-44,4%	232,5%	
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-5.509,0	-5.442,9	-6.121,2	12,5%	11,1%	
Banco Central 10/	-83,6	-24,1	-34,1	41,5%	-59,2%	
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	32,6	0,0	0,0	-	-100,0%	
B. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	735,4	-309,6	nd	-		
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	1.059,4	-3.389,5	nd	-		
LO. JUROS NOMINAIS 12/	-15.412,6	-6.726,1	nd	-		
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-14.353,3	-10.115,6	nd	-		
Memo:				-		
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.099,7	1.223,2	1.203,8	-1,6%	9,5%	
RMV ^{6/}	131,0	125,2	142,8	14,0%	9,0%	

Acusous Suejcius à a ainci açun.
1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos desa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, Incluindo grupo de despesa investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições memos beneficios previdenciários.

- 10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).
- 11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.
- 12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2013	2014	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/14
			Jan-Mar/13
1. RECEITA TOTAL	273.615,7	305.939,7	11,8%
Receitas do Tesouro Nacional	206.817,2	230.320,3	11,4%
Receita Bruta	209.927,7	232.036,0	10,5%
Impostos	101.641,7	108.769,8	7,0%
Contribuições	83.828,5	89.109,1	6,3%
Demais ^{2/}	24.457,5	34.157,0	39,7%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-3.105,1	-1.714,1	-44,8%
(-) Incentivos Fiscais	-5,4	-1,6	-70,5%
Receitas da Previdência Social	65.983,7	74.877,5	13,5%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	64.674,7	73.399,1	13,5%
Receitas da Previdência Social - Rural 3/	1.309,0	1.478,4	12,9%
Receitas do Banco Central	814,8	741,9	-8,9%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	49.155,6	57.608,0	17,2%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	38.098,6	43.346,7	13,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	0,0	2.275,0	-
Transferências da Cide - Combustíveis	1,7	116,1	6578,6%
Demais Transferências	11.055,3	11.870,3	7,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	224.460,0	248.331,7	10,6%
4. DESPESA TOTAL	204.499,3	235.283,3	15,1%
Despesas do Tesouro Nacional	123.017,3	147.988,0	20,3%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	46.279,7	51.990,8	12,3%
Custeio e Capital	76.165,5	95.390,0	25,2%
Despesa do FAT	8.569,1	10.283,7	20,0%
Abono e Seguro Desemprego	8.474,0	10.173,7	20,1%
Demais Despesas do FAT	95,1	110,1	15,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	2.917,1	1.986,0	-31,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.973,6	899,1	-54,4%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	943,4	1.086,9	15,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 6/	8.141,7	8.757,5	7,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	0,0	2.772,8	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	56.537,6	71.589,9	26,6%
Outras Despesas de Custeio	39.707,6	51.147,7	28,8%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	16.830,0	20.442,2	21.5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	572,1	607,2	6,1%
Benefícios Previdenciários	80.650,9	86.582,6	7,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	62.645,6	67.373,4	7,5%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	18.005,3	19.209,2	6,7%
Despesas do Banco Central	831,1	712,8	-14,2%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	,
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	19.960,7	13.048,4	-34,6%
Tesouro Nacional	34.644,2	24.724,3	-28,6%
Previdência Social (RGPS) 9/	-14.667,2	-11.705,1	-20,2%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	2.029,1	6.025,7	197,0%
		·	
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/} Banco Central ^{10/}	-16.696,3	-17.730,8	6,2%
	-16,3	29,2	-279,2%
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	372,0	0,0	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-328,8	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	20.004,0	nd	-
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-47.844,0	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-27.840,1	nd	-
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	3.073,3	3.789,2	23,3%
RMV ^{6/}	449,4	409,2	-9,0%

8/Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{1/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{6/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

^{7/} Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financieras (GND 5), com exceção Sepesas finanacieras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{9/} Receita de contribuições menos benefícios previdenciários

^{10/} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

^{11/} Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

^{12/} Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2013	201	4	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14	Mar/14	
	,0		,0	Fev/14	Mar/13	
1. RECEITA TOTAL	80.023,6	87.046,0	93.831,5	7,8%	17,3%	
Receitas do Tesouro Nacional	57.149,1	61.510,4	68.597,8	11,5%	20,0%	
Receita Bruta	59.084,4	62.372,2	69.044,8	10,7%	16,9%	
Impostos	28.050,1	27.470,3	30.962,4	12,7%	10,4%	
IR	19.445,3	18.328,7	21.896,3	19,5%	12,6%	
IR - Pessoa Física	1.016,2	1.108,4	1.257,9	13,5%	23,8%	
IR - Pessoa Jurídica	8.329,4	6.758,0	8.817,1	30,5%	5,9%	
IR - Retido na Fonte	10.099,6	10.462,3	11.821,3	13,0%	17,0%	
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.524,2	6.273,3	7.531,1	20,1%	15,4%	
IRRF - Rendimentos do Capital	1.868,1	2.323,7	2.183,0	-6,1%	16,9%	
IRRF - Remessas ao Exterior	1.080,5	1.129,4	1.346,0	19,2%	24,6%	
IRRF - Outros Rendimentos	626,8	735,9	761,2	3,4%	21,4%	
IPI	3.420,0	3.566,5	3.784,4	6,1%	10,7%	
IPI - Fumo	189,0	146,1	200,6	37,3%	6,1%	
IPI - Bebidas	282,5	310,3	318,9	2,8%	12,9%	
IPI - Automóveis	242,3	299,4	359,2	20,0%	48,2%	
IPI - Vinculado a importação	1.143,4	1.182,5	1.217,4	3,0%	6,5%	
IPI - Outros	1.562,8	1.628,2	1.688,3	3,7%	8,0%	
IOF	2.345,1	2.474,6	2.202,8	-11,0%	-6,1%	
Imposto de Importação	2.823,3	3.084,2	3.058,3	-0,8%	8,3%	
Outros	16,4	16,3	20,6	26,3%	25,2%	
Contribuições	24.058,0	25.531,4	25.925,7	1,5%	7,8%	
COFINS	14.131,0	15.336,5	15.243,9	-0,6%	7,9%	
CPMF	4,4	0,1	0,1	-2,6%	-98,6%	
CSLL	4.043,5	3.612,5	4.352,9	20,5%	7,7%	
CIDE-Combustíveis	0,8	0,7	0,7	0,4%	-6,2%	
Pis/Pasep	3.895,1	4.200,9	4.115,1	-2,0%	5,6%	
Salário Educação	1.255,3	1.377,4	1.429,0	3,7%	13,8%	
Outras ^{2/}	728,0	1.003,3	784,1	-21,9%	7,7%	
Demais	6.976,3	9.370,5	12.156,7	29,7%	74,3%	
CPSS 3/	962,7	997,8	1.027,0	2,9%	6,7%	
Cota parte de compensações financeiras	1.552,0	1.959,8	1.846,1	-5,8%	19,0%	
Diretamente arrecadadas	3.113,1	3.008,5	5.658,4	88,1%	81,8%	
Concessões	10,5	13,6	10,5	-22,7%	-0,4%	
Dividendos	767,3	2.892,1	2.998,5	3,7%	290,8%	
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-	
Outras	570,7	498,8	616,2	23,5%	8,0%	
(-) Restituições	-1.935,3	-861,8	-447,0	-48,1%	-76,9%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	
Receitas da Previdência Social	22.657,1	25.318,4	25.029,3	-1,1%	10,5%	
Urbana	22.173,6	24.846,2	24.474,7	-1,5%	10,4%	
Rural	483,5	472,2	554,6	17,5%	14,7%	
Receitas do Banco Central	217,4	217,2	204,4	-5,9%	-6,0%	
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/	12.394,4	21.770,9	13.841,7	-36,4%	11,7%	
Transferências Constitucionais	9.491,5	17.047,6	10.248,2	-39,9%	8,0%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	0,0	162,5	0,0	-100,0%		
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-	
Demais Transferências	2.902,9	4.560,8	3.593,5	-21,2%	23,8%	
Salário Educação	780,5	0,0	1.466,2	-	87,8%	
Royalties	1.425,3	2.853,5	1.420,4	-50,2%	-0,3%	
Fundef/Fundeb	682,9	1.670,8	685,8	-59,0%	0,4%	
Outras	14,2	36,6	21,1	-42,3%	48,9%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	67.629,2	65.275,1	79.989,7	22,5%	18,3%	

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{5/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



	2013	2014	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/14
L. RECEITA TOTAL	273.615,7	305.939,7	Jan-Mar/13 11,8%
Receitas do Tesouro Nacional	206.817,2	230.320,3	11,4%
Receita Bruta	209.927,7	232.036,0	10,5%
Impostos	101.641,7	108.769,8	7,0%
IR	75.431,6	79.965,1	6,0%
IR - Pessoa Física	3.213,9	3.702,6	15,2%
IR - Pessoa Jurídica	38.632,9	37.863,8	-2,0%
IR - Retido na Fonte	33.584,9	38.398,7	14,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	20.869,9	23.385,6	12,1%
IRRF - Rendimentos do Capital	6.723,7	7.884,9	17,3%
IRRF - Remessas ao Exterior	3.795,6	4.686,1	23,5%
IRRF - Outros Rendimentos	2.195,6	2.442,1	11,2%
IPI	10.961,3	12.327,0	12,5%
IPI - Fumo	1.298,7	1.648,9	27,0%
IPI - Bebidas	1.068,4	984,3	-7,9%
IPI - Automóveis	785,2	1.004,2	27,9%
IPI - Vinculado a importação	3.288,3	3.742,7	13,8%
IPI - Outros	4.520,7	4.947,0	9,4%
IOF	7.012,1	6.852,0	-2,3%
Imposto de Importação	8.191,3	9.568,9	16,8%
Outros	45,3	56,8	25,3%
Contribuições	83.828,5	89.109,1	6,3%
COFINS	44.881,2	48.153,3	7,3%
CPMF	16,9	0,3	-98,3%
CSLL	19.513,9	19.634,4	0,6%
CIDE-Combustíveis	2,5	2,3	-10,0%
Pis/Pasep	12.191,9	13.142,6	7,8%
Salário Educação	4.703,1	5.248,2	11,6%
Outras ^{2/}	2.519,0	2.928,1	16,2%
Demais	24.457,5	34.157,0	39,7%
CPSS 3/	2.713,0	3.042,3	12,1%
Cota parte de compensações financeiras	9.551,1	10.147,4	6,2%
Diretamente arrecadadas	9.924,8	12.590,9	26,9%
Concessões	303,2	765,3	152,4%
Dividendos	767,4	5.890,6	667,6%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	1.198,0	1.720,4	43,6%
(-) Restituições	-3.105,1	-1.714,1	-44,8%
(-) Incentivos Fiscais	-5,4	-1,6	-70,5%
Receitas da Previdência Social	65.983,7	74.877,5	13,5%
Urbana	64.674,7	73.399,1	13,5%
Rural	1.309,0	1.478,4	12,9%
Receitas do Banco Central	814,8	741,9	-8,9%
. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/	49.155,6	57.608,0	17,2%
Transferências Constitucionais	38.098,6	43.346,7	13,8%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	0,0	2.275,0	-
Transferências da Cide - Combustíveis	1,7	116,1	6578,6%
Demais Transferências	11.055,3	11.870,3	7,4%
Salário Educação	2.808,6	3.097,8	10,3%
Royalties	6.351,3	5.613,2	-11,6%
Fundef/Fundeb	1.813,3	3.039,5	67,6%
Outras	82,2	119,7	45,6%
B. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	224.460,0	248.331,7	10,6%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{5/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União $^{1/}$ - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2013	20	14	Variaçã	o (%)
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14 Fev/14	Mar/14 Mar/13
DIVIDENDOS	767,3	2.892,1	2.998,5	3,7%	290,8%
Banco do Brasil	764,9	192,1	457,4	138,1%	-40,2%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	0,0	2.000,0	1.898,2	-5,1%	-
Caixa	0,0	700,0	642,0	-8,3%	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	2,4	0,0	1,0	6.352,8	-0,6

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União $^{1/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2013	2014	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/14 Jan-Mar/13
DIVIDENDOS	767,4	5.890,6	667,6%
Banco do Brasil	764,9	649,5	-15,1%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	3.898,2	-
Caixa	0,0	1.342,0	-
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	2,5	1,0	-61,4%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.



	2013	2014	1	Variaçã	o (%)
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14 Fev/14	Mar/14 Mar/13
DESPESA TOTAL	67.337,8	68.354,9	76.815,9	12,4%	14,1%
Despesas do Tesouro	39.349,4	40.215,0	47.018,5	16,92%	19,49%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	14.847,9	16.470,3	16.320,8	-0,91%	9,92%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	152,8	28,4	101,0	255,83%	-33,88%
Custeio e Capital	24.311,9	23.567,6	30.550,4	29,63%	25,66%
Despesa do FAT	2.598,4	1.471,3	3.148,7	114,01%	21,18%
Abono e Seguro Desemprego	2.563,2	1.432,9	3.120,3	117,76%	21,74%
Demais Despesas do FAT	35,2 1.185,9	38,3	28,4	-26,01%	-19,48%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/} Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	920,3	<i>206,4</i> -169,3	551,1 230,9	166,96%	-53,53% -74,91%
Equalização de custeio agropecuário	4,3	-109,3	63,5		1374,11%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	-3,6	0,0	5,3	_	-
Política de preços agrícolas	91,2	-82,9	31,3	-	-65,69%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	11,2	0,0	0,2	-	-98,65%
Equalização Aquisições do Governo Federal	60,0	-82,9	6,1	-	-89,78%
Garantia à Sustentação de Preços	20,0	0,0	25,0	-	25,00%
Pronaf	622,3	-0,9	56,4	-	-90,94%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	623,0	0,0	3,8	-	-99,39%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-0,7	-0,9	52,6	-	-
Proex	-75,0	-147,0	63,9	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4,2	0,0	41,8	-	889,58%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-79,3	-147,0	22,1	-	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	228,6	0,0	0,0	-	-100,00%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-3,4	-6,7	-5,6	-17,25%	62,04%
Funcafé	6,3	11,5	7,5	-34,82%	19,27%
Revitaliza	4,6	0,0	0,0	-	-100,00%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4,8	0,0	0,0	-	-100,00%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0 0,0	0,0	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/} Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,8	-	
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	_	
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	40,3	0,0	0,0	-	-100,00%
Subvenções Econômicas			7,7	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	265,6	375,8	320,2	-14,78%	20,59%
Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}	2.448,0	2.717,0	3.087,4	13,63%	26,12%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	363,1	1.721,0	373,96%	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.079,6	18.809,8	22.042,1	17,18%	21,92%
Sentenças Judiciais e Precatórios	52,0	18,4	83,7	355,89%	60,85%
Legislativo	133,5	136,3	138,6	1,63%	3,75%
Judiciário	546,9	591,9	630,5	6,52%	15,28%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	822,6	441,7	503,4	13,97%	-38,80%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.134,9	3.832,0	4.389,5	14,55%	105,61%
Outras Obrigatórias ^{10/}	144,9	239,6	127,4	-46,85%	-12,11%
Discricionárias	14.244,8	12.565,3	15.166,5	20,70%	6,47%
Compensação RGPS ^{11/}	0,0	984,5	1.002,6	1,84%	-
Transferência do Tesouro ao Banco Central	189,5	177,1	147,3	-16,86%	-22,30%
Benefícios Previdenciários	27.687,4	27.898,6	29.558,9	5,95%	6,76%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/} Sentenças Judiciais e Precatórios	21.694,9 289,7	21.983,6	22.883,1 266,6	4,09% 1940 30%	5,48% -7,96%
Sentenças Judiciais e Precatorios Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	289,7 5.992,5	13,1 5.915,0	6.675,8	1940,30% 12,86%	-7,96% 11,40%
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.992,5 80,5	5.915,0 3,5	78,4	12,86% 2113,12%	-2,62%
Despesas do Banco Central	300,96	3,3 241,28	238,51	-1,15%	-2,62% - 20,75 %
Memo:	300,50	271,20	230,31	1,1370	_0,7370
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.099,7	1.223,2	1.203,8	-1,59%	9,46%
RMV 8/	130,97	125,19	142,77	14,04%	9,01%
Obs.: Dados sujeitos a alteração.			-		

^{1/}Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

 $^{4/\,}lnclui\,des pesas\,com\,subvenções\,aos\,fundos\,regionais\,e,\,a\,partir\,de\,2005, despesas\,com\,reordenamento\,de\,passivos.$

^{5/} Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/} Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/} Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

^{8/} Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

^{9/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

^{10/} A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012. 11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



DESPESA TOTAL 204.499,3 225.283,3 235.283,3	2013 2014 Variação	2013	Disciplina 2
DESPESA TOTAL 204.499,3 235.283,3 11 Despessa do Tesouro 123.017,3 147.998,0 22 24 24 24 24 24 24 2	Jan-Mar Jan-Mar	Jan-Mar	Discriminação
Pessad e Encargos Socials ²⁷ d/a Sentenços Judiciols e Precatórios S41,2 584,9 8. S58,9 8. S58,90 25 Despesa do FAT 8.569,1 10.283,7 22 Abono e Seguro Desemprego 8.474,0 10.173,7 22 Demáis Despesas do FAT 95.1 110.1 110.2 11 Subsidios e Subvenções Econômicos ⁶⁷ Operações Oficials de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 899,1 5-5 Equalização do e custelo agropecuário 48,9 83,3 77 Política de preços agrícolas 291,6 229,2 2-2 Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁵⁷ Política de preços agrícolas 291,6 229,2 2-2 Equalização Aquisições do Governo Federal 11,7 0,3 99 Equalização Aquisições do Governo Federal 159,9 188,9 11 Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 6-6 Fornaf 887,1 88,7 99 Fornaf 887,1 88,7 99 Fornaf 887,1 88,7 99 Fornaf 9,5 61,5 54 Concessão de Financiamento ⁶⁷ Prox 117,5 64,5 44 Concessão de Financiamento ⁶⁸ Concessão de Financiamento ⁶⁸ Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁷⁷ Alcol 0,0 0,0 Cacau 9,0 0,0 0,0 Cacau 9,0 0,0 0,0 Programa de Subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ⁶⁸ Programa de Subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ⁶⁸ Programa de Subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ⁶⁸ Programa de Subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ⁶⁸ Programa de Subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ⁶⁸ Programa de Subsidio de Subsidio à nevetimento - PSI 22,3 16,0 15 Fundo activações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷ Fundo activações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷ Fundo activações do Acrédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷ Fundo activações do Acrédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷ Fundo activações do Acrédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷ Fundo activações do Acrédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁷		204.499,3	DESPESA TOTAL
d/ly Sentenços Judiciois e Precatórios 541.2 588,9 2.8 Custeiro e Capital 76.165,5 95.390,0 2.2 Despesa do FAT 8.569,1 10.283,7 2.2 Abono e Seguro Desemprego 8.474,0 10.173,7 2.2 Demais Despesas do FAT 95,1 110,1 11 Subsidios e Subvenções Condmicas 4.9 8.3 3.7 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 889,1 5.5 Equalização de Livest. rural e agroindustrial Marchai de Crédito e Reordenamento de Passivos 48,9 83,3 7.7 Política de preços agrícolas 29,16 229,2 7,3 35 Equalização de Invest. rural e agroindustrial Marchai 11,7 0,3 .9 Equalização Empréstimo do Governo Federal 11,7 0,3 .9 Equalização Empréstimo do Governo Federal 857,1 85,7 .9 Garantia à Sustentação de Preços 112,0 40,0 .6 Prosex 117,5 64,5 .4 .2 .2 .9	123.017,3 147.988,0	123.017,3	Despesas do Tesouro
Custeio e Capital 76.165,5 95.390,0 23 Despesa do FAT 8.569,1 10.283,7 22 Abono e Seguro Desemprego 8.474,0 10.173,7 22 Demais Despesas do FAT 95,1 110,1 11 Subsidios e Subvenções Econômicos ⁴⁷ 2.917,1 1.986,0 33 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 899,1 53 Equalização de custeio agropecuário 48,9 83,3 77 Equalização de custeio agropecuário 48,9 83,3 77 Política de preços agrícolas 291,6 22.92 7,3 35 Equalização Empréstimo do Governo Federal 11,7 0,3 .9 Equalização Empréstimo do Governo Federal 159,9 188,9 11 Equalização Empréstimo do Governo Federal 87,1 85,7 .9 Concessão de Financiamento ⁵⁰ 9,5 61,5 54 Prora 117,5 64,5 -4 Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 <td>46.279,7 51.990,8</td> <td>46.279,7</td> <td>Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}</td>	46.279,7 51.990,8	46.279,7	Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}
Despesa do FAT 8.569,1 10.283,7 20 Abono e Seguro Desemprego 8.474,0 10.173,7 21 Demais Despesas do FAT 95,1 110,1 11 Subsidios e Subvenções Econômicos ⁴¹ 2.917,1 1.996,0 -33 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 899,1 -5- Equalização de custelo agropecuário 48,9 83,3 7,7 -35 Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴¹ -2.9 7,3 -35 Política de preços agrícolas 291,6 229,2 -2.2 Equalização Campréstimo do Governo Federal 11,7 0,3 -9 Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 -60 Pronaf 887,1 85,7 -99 Equalização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 -9 Concessão de Financiamento ⁴¹ 9,5 61,5 54 Proex 117,5 64,5 -4 Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 <tr< td=""><td>541,2 588,9</td><td>541,2</td><td>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</td></tr<>	541,2 588,9	541,2	d/q Sentenças Judiciais e Precatórios
Abono e Seguro Desemprego Demais Despesas do FAT Subsidios e subvenções Económicos ⁴ Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos Equalização de custeio agropecuário Equalização de civeste rural e agroindustrial ⁵ Política de preços agricolas Equalização de prestimo do Governo Federal Equalização Aquisições do Governo Federal Equalização Empréstimo do Governo Federal Equalização Emprés	76.165,5 95.390,0	76.165,5	Custeio e Capital
Demais Despesas do FAT 95,1 110,1 11 Subsidios e Subvenções Econômicos ^{1/2} 2.917,1 1.986,0 -33 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 889,1 -5 Equalização de custeio agropecuário 48,9 83,3 77 Política de preços agrícolas 291,6 229,2 -2 Equalização empréstimo do Governo Federal 11,7 0,3 -99 Equalização Aquisições do Governo Federal 159,9 188,9 11 Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 -6 Pronaf 857,1 85,7 -9 Equalização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 -9 Concessão de Financiamento ^{6/2} 9,5 61,5 54 Proex 117,5 64,5 -4 Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 Concessão de Financiamento ^{6/2} 74,8 -99,9 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/2} 415,5 272,9 -3 <td>8.569,1 10.283,7</td> <td>8.569,1</td> <td>Despesa do FAT</td>	8.569,1 10.283,7	8.569,1	Despesa do FAT
Subsidios e Subvenções Econômicos	8.474,0 10.173,7	8.474,0	Abono e Seguro Desemprego
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos 1.973,6 899,1 5-5 Equalização de custeio agropecuário 48,9 83,3 77 Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/2} -2,9 7,3 -35 Política de preços agrícolas 291,6 229,2 -2 Equalização Aguisições do Governo Federal 11,7 0,3 -9 Equalização Aguisições do Governo Federal 159,9 188,9 11 Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 -6 Pronaf 857,1 85,7 -99 E qualização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 -9 Concessão de Financiamento ^{6/2} 9,5 61,5 54 Proex 117,5 64,5 -44 E qualização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 Concessão de Financiamento ^{6/2} 74,8 -99,9 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/2} 415,5 272,9 -3 Alcool 0,0 0,0 0,0 0,0 </td <td>95,1 110,1</td> <td>95,1</td> <td>•</td>	95,1 110,1	95,1	•
Equalização de custeio agropecuário Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/2} Política de preços agrícolas Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/2} Política de preços agrícolas Equalização Aquisições do Governo Federal Equalização Empréstimo do Governo Federal Concessão de Financiamento ^{5/2} Proex Equalização Empréstimo do Governo Federal Equalização Empréstimo do Governo Feder	2.917,1 1.986,0 -	2.917,1	Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}
Equalização de invest. rural e agroindustrial \$^{V}\$ 2.9 7.3 -35. Política de preços agrícolas 291,6 229,2 -2. Equalização Empréstimo do Governo Federal 11,7 0,3 -9. 188,9 13. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 140,0 16. 188,7 1 120,0 14	1.973,6 899,1	1.973,6	Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos
Política de preços agrícolas	48,9 83,3	48,9	
Equalização Empréstimo do Governo Federal Equalização Aquisições do Governo Federal Equalização Aquisições do Governo Federal Equalização Aquisições do Governo Federal Barantia à Sustentação de Preços Pronaf Equalização Empréstimo do Governo Federal Barantia à Sustentação de Preços Pronaf Equalização Empréstimo do Governo Federal Barantia à Sustentação de Financiamento 66 Proex Equalização Empréstimo do Governo Federal Concessão de Financiamento 67 Proex Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 192,3 164,4 -1- 100 0,0 0,0 0,0 100 Cacaau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsidio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 0,0 Fundo at terra/ INCRA 66 100 100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 0,0 0,0 100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 0,0 0,0 100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 0,0 0,0 100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 0,0 0,0 100 101 108 109 115,5 109 109 100 100 100 100 100 10	-2,9 7,3 -3	-2,9	
Equalização Aquisições do Governo Federal 159,9 188,9 118,9 118,9 Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 66 Pronaf 857,1 85,7 95,7 95,7 95,7 95,7 95,7 95,7 95,7 9	291,6 229,2 -	291,6	Política de preços agrícolas
Garantia à Sustentação de Preços 120,0 40,0 66 Pronaf 857,1 85,7 99 Equalização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 9 Concessão de Financiamento ^{6/} 9,5 61,5 54 Proex 117,5 64,5 44 Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 Concessão de Financiamento ^{6/} -74,8 -99,9 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/} 415,5 272,9 -3 Álcool 0,0 0,0 0,0 Cacaa 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9,138/1995) 0,0 0,0 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ^{6/} 28,5 32,9 11 2,5 32,9 12 Revitaliza 4,6 0,0 -10 1,0 1,0 1,0 1,0 1,0 1,0 1,0			
Pronaf 857,1 85,7 99 Equalização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 99 Concessão de Financiamento 6/ 9,5 61,5 54 Proex 117,5 64,5 -4! Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1. Concessão de Financiamento 6/ 9,99 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/ 415,5 272,9 -3- Alcool 0,0 0,0 0,0 Cacacu 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -55 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -8. Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -8. Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 8/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -55 Subvenções Econômicas 943,4 1.086,9 11 Seneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 8/ 8.141,7 8.757,5 75 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxílio à CDE 0,0 2.772,8	159,9 188,9	159,9	Equalização Aquisições do Governo Federal
Equalização Empréstimo do Governo Federal 847,6 24,2 99 Concessão de Financiamento 6/ 9,5 61,5 544 Proex 117,5 64,5 44 Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1 Concessão de Financiamento 6/ 74,8 99,9 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/ 415,5 272,9 3-3 Álcool 0,0 0,0 0,0 Cacau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9,138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 20,2 500 Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 1-100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 550 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 88 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 550 Subvenções Econômicas 943,4 1,086,9 11 Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8,141,7 8,757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxílio à CDE 8,3 CSC 24,2 544 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,6 1,5 44 117,6 1,5 44 117,6 1,5 44 117,6 1,5 44 117,6 1,5 44 117,7 1,7 1,7 1,7 1,7 1,7 1,7 1,7 1,7 1,	120,0 40,0 -	120,0	·
Concessão de Financiamento 6/ Proex Equalização Empréstimo do Governo Federal Equalização Empréstimo do Governo Federal Concessão de Financiamento 6/ Concessão de Financiamento 6/ Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/ Álcool Cacau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) Fundo da terra/ INCRA 6/ Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza A,6 0,0 1-20,2 Forgaran de Sustentação ao Investimento - PSI Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Capitalização à Emgea Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ Auxílio à CDE 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,5 64,5 44 117,6 45,5 44 117,6 47,5 48,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 8,757,5 48 141,7 48,757,5 48 1	857,1 85,7	857,1	Pronaf
Proex 117,5 64,5 -4! Equalização Empréstimo do Governo Federal 192,3 164,4 -1.4 Concessão de Financiamento 6/ -74,8 -99,9 33 Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/ 415,5 272,9 -3 Álcool 0,0 0,0 0,0 Cacau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 1: Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -50 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -88 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea	847,6 24,2 -	847,6	
Equalização Empréstimo do Governo Federal Concessão de Financiamento 61/ Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 71/ Altool Cacau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) Fundo da terra/ INCRA 61/ Revitaliza Revitaliza Revitaliza Programa de Sustentação ao Investimento - PSI Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 81/ Fundo accional de desenvolvimento (FND) 61/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Operações de Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 91/ Capitalização da Petrobras O,0 Auxílio à CDE 199,9 33 164,4 -14 192,3 141,5 5272,9 33 36 0,0 0,0 0,0 100 100 100 100 10	9,5 61,5 5	9,5	Concessão de Financiamento ^{6/}
Concessão de Financiamento 6	117,5 64,5	117,5	Proex
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/} 415,5 272,9 -3-3-4 Álcool 0,0 0,0 0,0 Cacau 0,0 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ^{6/} 5,0 -20,2 -50 Funcafé 28,5 32,9 1! Revitaliza 4,6 0,0 -10 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -5! Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -8! Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/} 0,1 0,8 73-6 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/} 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3	192,3 164,4	192,3	
Álcool 0,0 0,0 Cacau 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 1! Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -56 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -86 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 1.086,9 12: Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras	-74,8 -99,9	-74,8	Concessão de Financiamento ^{6/}
Cacau 0,0 0,0 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -51 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -88 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 1.086,9 1: Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 2.772,8	415,5 272,9 -	415,5	Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH) 0,0 0,0 Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 12 Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -50 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -80 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 11 Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 2.7	0,0	0,0	Álcool
Securitização da divida agrícola (Lei nº 9.138/1995) 0,0 0,0 Fundo da terra/ INCRA ^{6/} 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -50 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -80 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/} 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/} 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 1.086,9 11: Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/} 8.141,7 8.757,5 7.7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 2.772,8	0,0	0,0	Cacau
Fundo da terra/ INCRA 6/ 5,0 -20,2 -500 Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 -100 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -50 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -80 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -55 Subvenções Econômicas 0,0 64,3 1.086,9 11 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 11 Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 2.772,8 0	0,0	0,0	Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)
Funcafé 28,5 32,9 11 Revitaliza 4,6 0,0 1-10 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI 32,3 16,0 -56 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) 72,1 12,5 -85 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ 0,1 0,8 73 Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ 0,0 0,0 0,0 Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -55 Subvenções Econômicas 0,0 64,3 1.086,9 11 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 11 Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 2.772,8	0,0	0,0	Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)
Revitaliza Programa de Sustentação ao Investimento - PSI Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Capitalização à Emgea O,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ Auxílio à CDE 32,3 16,0 32,3 16,0 32,3 16,0 32,3 12,5 48,5 32,5 33 34,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	5,0 -20,2 -5	5,0	Fundo da terra/ INCRA ^{6/}
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) O,0 Capitalização à Emgea O,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas O,0 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Oespesas com Subvenções aos Fundos Regionais O,0 Despesas com Subvenções des Pundos Regionais O,0 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais O,0 Despesas com Subvenções des Pundos Regionais O,0 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	28,5 32,9	28,5	Funcafé
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO) Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Capitalização à Emgea O,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ Capitalização da Petrobras O,0 Auxílio à CDE 72,1 12,5 8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.8.	4,6 0,0 -1	4,6	Revitaliza
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/ Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Capitalização à Emgea Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ Capitalização da Petrobras O,0 Auxílio à CDE O,1 O,2 O,3 O,4 O,6 O,7 O,7 O,0	32,3 16,0	32,3	Programa de Sustentação ao Investimento - PSI
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/ Fundo Setorial Audiovisual (FSA) Capitalização à Emgea Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu Subvenções Econômicas Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ Capitalização da Petrobras O,0 8.141,7 8.757,5 Capitalização da Petrobras O,0 Auxilio à CDE O,0 2.772,8	72,1 12,5	72,1	Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)
Fundo Setorial Audiovisual (FSA) 0,0 0,0 Capitalização à Emgea 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 1! Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxilio à CDE 0,0 2.772,8	0,1 0,8 7	0,1	Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/
Capitalização à Emgea 0,0 0,0 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -5: Subvenções Econômicas 0,0 64,3 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 1! Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxilio à CDE 0,0 2.772,8	0,0	0,0	Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu 103,3 50,1 -57 Subvenções Econômicas 0,0 64,3 -64,3 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 15 Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 77 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxilio à CDE 0,0 2.772,8	0,0	0,0	Fundo Setorial Audiovisual (FSA)
Subvenções Econômicas 0,0 64,3 Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 1! Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 0,0 Auxílio à CDE 0,0 2.772,8	0,0	0,0	Capitalização à Emgea
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais 943,4 1.086,9 1! Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 2.772,8	103,3 50,1	103,3	Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu
Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/ 8.141,7 8.757,5 7 Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 Auxílio à CDE 0,0 2.772,8	0,0 64,3	0,0	Subvenções Econômicas
Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 Auxílio à CDE 0,0 2.772,8	943,4 1.086,9	943,4	Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais
Auxilio à CDE 0,0 2.772,8	8.141,7 8.757,5	8.141,7	Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/}
	0,0	0,0	Capitalização da Petrobras
Outras Despesas de Custeio e Capital 56.537,6 71.589,9 26	0,0 2.772,8	0,0	Auxílio à CDE
	56.537,6 71.589,9	56.537,6	Outras Despesas de Custeio e Capital
Sentenças Judiciais e Precatórios 174,2 302,2 7:	174,2 302,2	174,2	Sentenças Judiciais e Precatórios
Legislativo 329,2 414,1 2:	329,2 414,1	329,2	Legislativo
Judiciário 1.610,2 1.799,9 1:	1.610,2 1.799,9	1.610,2	Judiciário
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC) 2.226,9 1.508,1 -3:	2.226,9 1.508,1	2.226,9	Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 9.854,5 15.455,1 50	9.854,5 15.455,1	9.854,5	
Outras Obrigatórias ^{10/} 643,6 615,5	643,6 615,5	643,6	Outras Obrigatórias ^{10/}
Discricionárias 41.698,9 48.539,6 10	41.698,9 48.539,6	41.698,9	
Compensação RGPS ^{11/} 0,0 2.955,4	0,0 2.955,4	0,0	Compensação RGPS ^{11/}
Transferência do Tesouro ao Banco Central 572,1 607,2 6	572,1 607,2	572,1	Transferência do Tesouro ao Banco Central
Benefícios Previdenciários 80.650,9 86.582,6	80.650,9 86.582,6	80.650,9	Benefícios Previdenciários
Beneficios Previdenciários - Urbano ^{3/} 62.645,6 67.373,4 7	62.645,6 67.373,4	62.645,6	Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}
Sentenças Judiciais e Precatórios 961,2 1.268,2 31	961,2 1.268,2	961,2	Sentenças Judiciais e Precatórios
Beneficios Previdenciários - Rural ^{3/} 18.005,3 19.209,2 6	18.005,3 19.209,2	18.005,3	Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}
Sentenças Judiciais e Precatórios 283,2 374,3 32	283,2 374,3	283,2	Sentenças Judiciais e Precatórios
Despesas do Banco Central 831,1 712,8 -1	831,1 712,8	831,1	Despesas do Banco Central
Memo:			Memo:
Parcela patronal da CPSS ^{2/} 3.073,3 3.789,2 2	3.073,3 3.789,2	3.073,3	Parcela patronal da CPSS ^{2/}
RMV ^{8/} 449,4 409,2 -	449,4 409,2	449,4	RMV ^{8/}

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

 $^{4/\,}lnclui\,des pesas\,com\,subvenções\,aos\,fundos\,regionais\,e,\,a\,partir\,de\,2005,\,des pesas\,com\,reordenamento\,de\,passivos.$

^{5/} Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/} Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/} Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

^{8/} Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

^{9/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

^{10/} A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{11/} Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão $^{1\prime}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



INVESTIMENTO TOTAL Câmara dos Deputados Senado Federal	Dotação autorizada no ano 33.124,8	Despesa empenhada	Despesa	Des	pesas pagas no an	_ 2/	B.1					
INVESTIMENTO TOTAL Câmara dos Deputados Senado Federal	autorizada no ano 33.124,8		Despesa			0	Dotação	_	_	Des	pesas pagas no ano	2/
Câmara dos Deputados Senado Federal			Executada		Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total	autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
Senado Federal	T I	8.630,0	699,8	685,2	16.144,8	16.830,0	100.387,8	15.426,3	1.872,5	1.214,3	19.228,5	20.442,8
	74,7	9,8	0,0	0,0	9,3	9,3	240,9	4,8	0,3	0,3	8,6	8,8
	16,7	5,6	0,0	0,0	1,6	1,6	69,8	3,9	0,0	0,0	5,0	5,0
Tribunal de Contas da União	19,8	0,3	0,0	0,0	9,1	9,1	63,9	5,9	0,1	0,1	19,1	19,2
Supremo Tribunal Federal	5,8	2,1	0,3	0,3	1,6	1,9	39,4	3,5	0,4	0,4	6,2	6,6
Superior Tribunal de Justiça	11,6	0,2	0,0	0,0	3,4	3,5	46,7	1,0	0,0	0,0	2,8	2,8
Justiça Federal	91,4	476,5	0,9	0,9	43,9	44,8	415,3	161,3	2,5	2,3	60,1	62,5
Justiça Militar	4,7	0,1	0,0	0,0	2,9	2,9	19,5	0,4	0,1	0,1	2,1	2,2
Justiça Eleitoral	120,0	5,3	0,2	0,2	41,2	41,4	320,9	27,5	0,5	0,3	29,0	29,3
Justiça do Trabalho	195,8	7,4	0,9	0,7	153,8	154,5	647,9	33,4	1,1	1,0	67,7	68,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	30,8	4,4	0,4	0,4	23,3	23,6	50,8	15,6	0,3	0,0	10,9	10,9
Conselho Nacional de Justiça	24,2	0,1	0,0	0,0	16,0	16,0	69,6	1,4	0,0	0,0	2,2	2,2
Presidência da República ^{5/}	1.536,3	4,7	0,8	0,8	722,7	723,5	4.130,0	543,5	173,2	173,2	633,5	806,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	713,7	419,8	56,7	56,7	13,9	70,6	742,6	2,1	1,5	1,5	192,3	193,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	94,9	0,0	0,0	0,0	210,1	210,1	1.170,6	36,4	1,6	0,0	128,1	128,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	579,8	11,9	1,4	1,4	169,4	170,8	1.429,4	255,5	111,9	7,0	111,1	118,1
Ministério da Fazenda	1.189,5	35,0	0,5	0,5	98,0	98,5	1.645,0	152,5	26,4	26,3	139,6	165,9
Ministério da Educação	4.085,6	69,6	14,6	14,0	2.650,1	2.664,2	14.118,7	1.403,0	94,4	55,8	2.495,3	2.551,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	44,9	0,0	0,0	0,0	11,1	11,1	167,5	7,9	4,0	4,0	7,5	11,5
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,4	0,0	0,0	0,0	0,9	0,9
Ministério da Justiça	634,5	54,1	0,1	0,0	336,9	336,9	1.966,8	119,8	0,5	0,2	445,7	446,0
Ministério de Minas e Energia	39,5	3,1	0,1	0,1	19,9	20,0	147,2	159,8	0,2	0,1	27,3	27,5
Ministério da Previdência Social	53,6	0,5	0,0	0,0	40,8	40,8	147,8	77,1	1,3	0,4	22,8	23,2
Ministério Público da União	59,1	0,0	0,0	0,0	37,0	37,0	352,4	14,1	2,6	2,6	43,1	45,8
Ministério das Relações Exteriores	14,9	0,1	0,0	0,0	3,8	3,8	30,2	4,5	1,6	1,6	0,6	2,3
Ministério da Saúde	2.094,6	42,0	2,2	0,9	886,3	887,2	10.012,9	461,1	180,7	40,4	1.514,9	1.555,4
Ministério do Trabalho e Emprego	20,5	0,0	0,0	0,0	17,8	17,8	107,8	2,9	0,4	0,4	7,8	8,2
Ministério dos Transportes	5.768,5	1.185,1	43,0	42,9	2.156,1	2.199,1	15.827,9	3.632,7	245,3	245,3	3.705,3	3.950,5
Ministério das Comunicações	133,4	2,8	0,0	0,0	74,7	74,7	278,5	220,6	0,0	0,0	56,4	56,4
Ministério da Cultura	281,4	0,0	0,0	0,0	66,9	66,9	513,7	19,1	0,2	0,0	106,0	106,0
Ministério do Meio Ambiente	108,4	1,8	0,0	0,0	18,8	18,8	406,8	8,6	0,6	0,5	14,2	14,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.025,5	0,0	0,0	0,0	459,8	459,8	1.889,2	97,4	1,3	1,2	1.212,6	1.213,8
Ministério do Esporte	318,3	2,5	0,0	0,0	158,3	158,3	1.406,2	25,5	0,0	0,0	129,6	129,6
Ministério da Defesa	4.793,1	2.853,2	520,0	513,6	1.574,3	2.087,9	9.423,4	4.040,0	613,6	304,6	2.852,2	3.156,8
Ministério da Integração Nacional	2.425,3	262,0	50,6	46,9	573,4	620,3	7.632,5	808,5	84,9	23,4	948,5	971,8
Ministério do Turismo	817,6	0,0	0,0	0,0	143,6	143,6	1.071,6	48,2	0,0	0,0	70,3	70,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	299,9	0,0	0,0	0,0	229,6	229,6	894,5	3,9	0,0	0,0	202,2	202,2
Ministério das Cidades	5.372,4	3.170,1	7,1	4,9	5.160,7	5.165,6	22.641,5	3.019,8	321,1	321,1	3.941,1	4.262,1
Ministério da Pesca e Agricultura	20,8	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0	190,1	0,0	0,0	0,0	4,5	4,5
Conselho Nacional do Ministério Público	3,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	7,2	0,0	0,0	0,0	0,9	0,9
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,6	2,8	0,0	0,0	0,4	0,4

^{1/} Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{2/} Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

^{3/} Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

^{4/} Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

^{5/} Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional $^{1/}$ - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2013	201	4	Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14 Fev/14	Mar/14 Mar/13	
FLUXO FISCAL						
1. RECEITAS	83.550,1	116.665,9	94.445,0	-19,05%	13,04%	
1.1. Recolhimento Bruto	57.809,0	87.754,7	65.697,6	-25,13%	13,65%	
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.178,6	1.682,9	1.710,8	1,66%	45,15%	
1.4. Receita das Operações de Crédito	111,9	232,8	158,9	-31,77%	41,95%	
1.5. Receita do Salário Educação	1.393,7	1.529,4	1.588,2	3,85%	13,95%	
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	23.056,8	25.466,0	25.289,4	-0,69%	9,68%	
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-	
2. DESPESAS	87.413,8	121.850,1	113.958,7	-6,48%	30,37%	
2.1. Liberações Vinculadas	16.004,0	31.735,1	24.264,8	-23,54%	51,62%	
Transferências a Fundos Constitucionais	10.118,7	18.185,8	10.923,4	-39,93%	7,95%	
Demais transferências a Estados e Municípios	2.218,0	5.132,9	2.313,1	-54,94%	4,29%	
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	0,0	162,5	162,5	0,00%	-	
Outras Vinculações	3.667,4	8.253,8	10.865,8	31,65%	196,28%	
2.2. Liberações Ordinárias	71.409,8	90.115,0	89.693,9	-0,47%	25,60%	
Pessoal e Encargos Sociais	17.256,1	18.256,1	18.040,2	-1,18%	4,54%	
Encargos da Dívida Contratual	572,9	44,1	44,5	0,91%	-92,22%	
Dívida Contratual Interna	68,7	40,9	38,9	-4,95%	-43,37%	
Dívida Contratual Externa	504,2	3,2	5,7	75,12%	-98,88%	
Encargos da DPMF - Mercado	6.783,6	13.110,8	10.900,6	-16,86%	60,69%	
Benefícios Previdenciários	20.811,2	28.186,1	29.667,0	5,25%	42,55%	
Custeio e Investimento	25.010,3	30.517,9	30.663,8	0,48%	22,60%	
Operações Oficiais de Crédito	975,7	0,0	377,7	-	-61,29%	
Restos a Pagar	0,0	0,0	0,0	-	-	
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-3.863,8	-5.184,2	-19.513,7	276,41%	405,05%	
FLUXO DE FINANCIAMENTO				-		
4. RECEITAS	27.865,8	29.322,7	60.525,6	106,41%	117,20%	
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	26.412,7	26.186,9	58.457,8	123,23%	121,32%	
4.2. Outras Operações de Crédito	1.453,0	3.135,7	2.067,8	-34,06%	42,31%	
5. DESPESAS	51.423,6	4.030,8	50.782,0	1.159,85%	-01,25%	
5.1. Amortização da Dívida Interna	50.911,4	4.025,0	50.768,1	1.161,33%	-00,28%	
Resgate de Títulos - Mercado	50.689,1	3.835,2	50.599,4	1.219,34%	-00,18%	
Dívida Contratual	222,2	189,8	168,7	-11,09%	-24,09%	
5.2. Amortização da Dívida Externa	512,2	5,8	13,9	138,70%	-97,28%	
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-	
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-24.276,4	22.351,7	7.858,4		-	
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	37.593,0	9.227,3	45.236,1	-	-	
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	10.171,4	29.334,9	35.466,0	-	248,68%	

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional $^{1/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2013	2014	Variação (%)
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/14
	Jaii-iviai	Jaii-iviai	Jan-Mar/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	274.220,6	308.573,8	12,53%
1.1. Recolhimento Bruto	196.562,0	221.380,2	12,63%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-5,4	-1,6	-70,20%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	4.559,9	5.082,1	11,45%
1.4. Receita das Operações de Crédito	788,5	760,2	-3,60%
1.5. Receita do Salário Educação	5.214,8	5.833,6	11,87%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	67.100,8	75.519,3	12,55%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	290.355,9	346.210,3	19,24%
2.1. Liberações Vinculadas	62.308,2	82.996,8	33,20%
Transferências a Fundos Constitucionais	40.624,1	46.226,0	13,79%
Demais transferências a Estados e Municípios	9.254,7	9.794,0	5,83%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	0,0	2.437,5	-
Outras Vinculações	12.429,4	24.539,3	97,43%
2.2. Liberações Ordinárias	228.047,8	263.213,5	15,42%
Pessoal e Encargos Sociais	50.751,8	56.149,0	10,63%
Encargos da Dívida Contratual	1.704,3	1.438,3	-15,61%
Dívida Contratual Interna	191,8	122,1	-36,32%
Dívida Contratual Externa	1.512,5	1.316,1	-12,98%
Encargos da DPMF - Mercado	24.827,2	35.816,8	44,26%
Benefícios Previdenciários	75.193,2	76.102,1	1,21%
Custeio e Investimento	73.074,9	92.214,5	26,19%
Operações Oficiais de Crédito	2.496,3	1.492,9	-40,19%
Restos a Pagar	0,0	0,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-16.135,3	-37.636,6	133,26%
FLUXO DE FINANCIAMENTO			-
4. RECEITAS	77.696,4	136.059,5	75,12%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	72.060,6	128.343,5	78,10%
4.2. Outras Operações de Crédito	5.635,8	7.716,1	36,91%
5. DESPESAS	162.598,8	174.063,5	7,05%
5.1. Amortização da Dívida Interna	162.065,9	174.014,5	7,37%
Resgate de Títulos - Mercado	161.477,8	173.464,2	7,42%
Dívida Contratual	588,1	550,3	-6,43%
5.2. Amortização da Dívida Externa	533,0	49,1	-90,79%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-89.417,2	-45.120,8	-49,54%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	17.949,5	28.342,8	57,90%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-83.088,3	-47.297,7	-43,08%

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central $^{1/}$ - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2013	2013 2014		Variação (%)		
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14 Fev/14	Mar/14 Mar/13	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	55.593,0	15.427,3	69.736,1	352,03%	25,44%	
Emissão de Títulos	38.298,5	9.858,4	33.893,2	243,80%	-11,50%	
Remuneração das Disponibilidades	4.332,2	5.034,0	4.631,8	-7,99%	6,92%	
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	416,5	535,0	432,2	-19,21%	3,79%	
Resultado do Banco Central	12.545,8	0,0	30.778,9	-	145,33%	
2. DESPESAS NO BACEN	18.000,0	6.200,0	24.500,0	295,16%	36,11%	
Resgate de Títulos	16.500,0	0,0	18.052,6	-	9,41%	
Encargos da DPMF	1.500,0	6.200,0	6.447,4	3,99%	329,82%	
3. RESULTADO (1 - 2)	37.593,0	9.227,3	45.236,1	390,24%	20,33%	

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central $^{1/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2013	2014	Variação (%)	
Discriminação	Jan-Mar	Jan-Mar	Jan-Mar/14 Jan-Mar/13	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	65.949,5	124.042,8	88,09%	
Emissão de Títulos	38.298,5	77.568,2	102,54%	
Remuneração das Disponibilidades	13.593,2	14.232,9	4,71%	
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.512,0	1.462,8	-3,25%	
Resultado do Banco Central	12.545,8	30.778,9	145,33%	
2. DESPESAS NO BACEN	48.000,0	95.700,0	99,38%	
Resgate de Títulos	37.500,0	78.052,6	108,14%	
Encargos da DPMF	10.500,0	17.647,4	68,07%	
3. RESULTADO (1 - 2)	17.949,5	28.342,8	57,90%	

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2013	2014	2014	Variaçã	o (%)
Discriminação	Março	Fevereiro	Março	Mar/14	Mar/14
				Fev/14	Mar/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	841.056,0	878.842,1	857.481,2	-2,4%	2,0%
Dívida Interna	2.740.664,3	2.921.341,0	2.945.168,0	0,8%	7,5%
DPMFi em Poder do Público ^{1/}	1.851.824,8	1.974.818,2	1.990.104,8	0,8%	7,5%
LFT	388.698,9	416.234,3	376.404,6	-9,6%	-3,2%
LTN	546.701,4	600.075,1	632.616,2	5,4%	15,7%
NTN-B	624.623,5	659.728,9	670.954,2	1,7%	7,4%
NTN-C	65.592,0	68.697,9	70.344,5	2,4%	7,2%
NTN-F	191.595,1	194.115,3	203.890,7	5,0%	6,4%
Dívida Securitizada	8.017,3	7.497,1	7.461,0	-0,5%	-6,9%
Demais Títulos em Poder do Público	26.596,5	28.469,5	28.433,6	-0,1%	6,9%
DPMFi em Poder do Banco Central	920.104,0	969.810,4	978.659,8	0,9%	6,4%
LFT	171.912,8	200.687,2	168.637,2	-16,0%	-1,9%
LTN	302.386,1	319.004,4	331.266,2	3,8%	9,6%
Demais Títulos na Carteira do BCB	445.805,1	450.118,8	478.756,4	6,4%	7,4%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-36.165,8	-27.218,9	-27.316,3	0,4%	-24,5%
Demais Obrigações Internas	4.901,4	3.931,3	3.719,7	-5,4%	-24,1%
Haveres Internos	1.899.608,3	2.042.498,9	2.087.686,8	2,2%	9,9%
Disponibilidades Internas	551.243,0	569.034,4	599.906,3	5,4%	8,8%
Haveres junto aos Governos Regionais	510.632,5	526.707,8	530.311,5	0,7%	3,9%
Bônus Renegociados	4.980,5	5.146,9	5.033,6	-2,2%	1,1%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.521,2	1.315,6	1.301,9	-1,0%	-14,4%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.421,8	12.610,7	12.671,5	0,5%	2,0%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	19.916,9	14.411,2	14.116,3	-2,0%	-29,1%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	397.056,2	414.331,9	417.535,6	0,8%	5,2%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	66.361,5	71.606,3	72.354,5	1,0%	9,0%
Antecipação de Royalties	6.429,4	5.251,7	5.291,9	0,8%	-17,7%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	1.945,1	2.033,5	2.006,1	-1,3%	3,1%
Haveres da Administração Indireta	304.650,8	347.443,2	357.276,3	2,8%	17,3%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	171.970,1	190.885,8	198.449,2	4,0%	15,4%
Fundos Constitucionais Regionais	76.915,6	85.082,0	85.783,5	0,8%	11,5%
Fundos Diversos	55.765,1	71.475,5	73.043,5	2,2%	31,0%
Haveres Administrados pela STN	533.082,0	599.313,5	600.192,7	0,1%	12,6%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.769,3	5.800,2	5.804,9	0,1%	0,6%
Haveres de Operações Estruturadas	66.739,0	69.414,6	66.703,6	-3,9%	-0,1%
Haveres Originários de Privatizações	9.074,8	9.527,8	8.470,9	-11,1%	-6,7%
Haveres de Legislação Específica	426.278,4	489.526,8	493.878,6	0,9%	15,9%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.220,6	25.044,0	25.334,7	1,2%	0,5%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	88.267,3	92.087,5	90.035,7	-2,2%	2,0%
Dívida Externa	88.703,1	92.461,2	90.505,9	-2,1%	2,0%
Dívida Mobiliária	75.803,4	82.410,9	80.655,9	-2,1%	6,4%
Euro	2.182,0	2.692,1	2.621,7	-2,6%	20,2%
Global US\$	60.071,5	66.317,9	64.518,4	-2,7%	7,4%
Global BRL	13.518,6	13.400,9	13.515,7	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	31,3	0,0	0,0	-	-100,0%
Dívida Contratual	12.899,8	10.050,3	9.850,0	-2,0%	-23,6%
Organismos Multilaterais	7.201,3	3.019,6	2.937,2	-2,7%	-59,2%
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.698,4	7.030,7	6.912,8	-1,7%	21,3%
Haveres Externos	435,8	373,6	470,1	25,8%	7,9%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	435,8	373,6	470,1	25,8%	7,9%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	929.323,3	970.929,7	947.516,9	-2,4%	2,0%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	20,7%	19,8%	19,2%	-3,2%	-7,3%

^{1/} Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

^{2/} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 3 - Março de 2014 - Internet: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/

Comentários

Em Março de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -40,68%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.922.356,36 (mil), ante R\$ 13.355.398,26 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

- https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/consulta-as-transferencias-realizadas
- https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/estatisticas

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse:

Governo (Estadual ou Municipal)
Gestão
Gestão de Recursos
Repasses de recursos
Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

		2013			2014		Variação Nominal		
Origens	Fevereiro	Março	Até Março	Fevereiro	Março	Até Março	Mar/14 Fev/14	Mar/14 Mar/13	Até Mar/14 Mar/13
FPM	6.533.622	3.762.881	15.152.796	6.829.465	4.051.205	17.276.176	-40,68%	7,66%	14,01%
FPE	6.243.239	3.595.642	14.479.338	6.525.933	3.871.151	16.508.346	-40,68%	7,66%	14,01%
IPI-Exp	265.840	234.680	846.744	282.685	276.219	892.800	-2,29%	17,70%	5,44%

Obs.: 1. Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%); 2. A variação nominal de Jan/14 sobre Dez/13 de FPM considera a inclusão do FPM 1%.

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-40,70%	-40,68%	-40,70%	-40,68%	3,4%	-2,29%

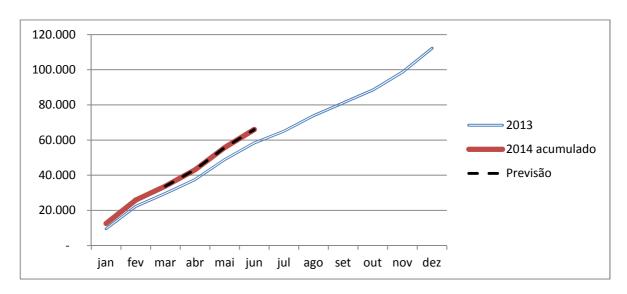
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

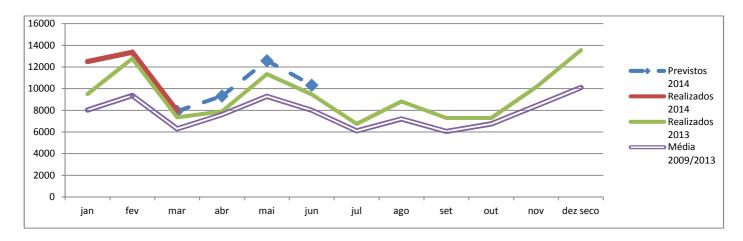
FUNDOS	Abril	Maio	Junho
FPM	17,70%	35,00%	-18,00%
FPE	17,70%	35,00%	-18,00%
IPI - EXP	18,10%	-2,00%	9,00%

Gráficos

VALORES ACUMULADOS (FPM e FPE)



SAZONALIDADE ANUAL (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2014 a 20/03/2014, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de	Arrecadação Líquida			Data do		Transfe	erências	
Arrecadação	IPI	IR	IPI + IR	Crédito	FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	2.351.312	8.963.157	11.314.469	MAR/1º DEC	1.946.089	2.036.605	188.105	4.170.798
MAR/1º DEC	521.558	1.103.197	1.624.756	MAR/2º DEC	279.458	292.456	41.725	613.639
MAR/2º DEC	579.870	8.987.599	9.567.469	MAR/3º DEC	1.645.605	1.722.144	46.390	3.414.139
TOTAL	3.452.740	19.053.953	22.506.694	TOTAL	3.871.151	4.051.205	276.219	8.198.575

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta Restituições Incentivos Fiscais.
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa).
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

			IX WITH	
Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	21.596,75	132.432,09	13,50
ALAGOAS	AL	96.581,67	161.043,77	239,57
AMAZONAS	AM	62.171,67	108.020,61	2.141,41
AMAPÁ	AP	15.886,66	132.083,68	486,28
BAHIA	BA	371.065,05	363.741,12	15.568,61
CEARÁ	CE	201.270,94	284.022,50	1.746,69
DISTRITO FEDERAL	DF	6.883,95	26.718,69	455,07
ESPÍRITO SANTO	ES	70.251,97	58.067,27	13.736,67
GOIÁS	GO	148.697,63	110.060,70	6.264,87
MARANHÃO	MA	168.419,58	279.427,45	2.450,38
MINAS GERAIS	MG	531.358,35	172.440,44	39.756,93
MATO GROSSO DO SUL	MS	60.191,09	51.563,74	4.957,03
MATO GROSSO	MT	73.942,75	89.342,30	4.281,53
PARÁ	PA	142.439,39	236.604,77	16.275,35
PARAÍBA	PB	130.988,37	185.385,57	318,09
PERNAMBUCO	PE	199.475,91	267.117,18	1.146,58
PIAUÍ	PI	107.544,43	167.287,93	56,03
PARANÁ	PR	273.803,26	111.613,04	21.784,18
RIO DE JANEIRO	RJ	121.601,65	59.139,58	46.600,45
RIO GRANDE DO NORTE	RN	102.065,83	161.732,83	237,28
RONDÔNIA	RO	34.386,54	108.996,14	788,07
RORAIMA	RR	20.188,58	96.031,65	9,99
RIO GRANDE DO SUL	RS	274.214,54	91.157,87	26.493,57
SANTA CATARINA	SC	158.191,31	49.542,99	14.763,30
SERGIPE	SE	60.512,46	160.857,95	129,15
SÃO PAULO	SP	539.851,52	38.711,51	55.243,85
TOCANTINS	TO	57.623,17	168.007,97	274,83
TOTAL		4.051.205,02	3.871.151,34	276.219,23

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/transferencias-constitucionais-e-legais/documentos-relacionados

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br